

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Mestrado em Serviço Social

O Lugar dos Trabalhadores na Cidade: Intervenções Urbanas em Juiz de Fora-M.G

Flávia de Albuquerque Costa

Juiz de Fora

2008

Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Serviço Social

O Lugar dos Trabalhadores na Cidade: Intervenções Urbanas em Juiz de Fora-M.G

Flávia de Albuquerque Costa

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Aparecida
Tardin Cassab

Dissertação Apresentada ao
Programa de Mestrado em Serviço
Social da UFJF, como pré-requisito
para a obtenção do título de Mestre.

Juiz de Fora
2008

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as pessoas maravilhosas que pôs no meu caminho e por todas as portas que abre na minha vida;

Aos meus pais, Walter e Rosane - certamente os melhores do mundo - sustentáculos dos meus sonhos e companheiros de todas as horas;

Ao meu irmão, por ser essa pessoa tão maravilhosa e por sempre estar presente;

A Vitória, por tornar os dias mais iluminados;

A Ibraim pela dedicação, companheirismo, paciência e a constante ajuda nos momentos difíceis;

Aos meus tios, tia, primos e primas sempre dispostos a ajudar naquilo que era possível;

Especialmente as tias Vilma, Wilma, Warley, Valéria, Viviane, Wanisse e Wânia, meus exemplos de vida;

Aos amigos Tiago, Hugo, Zé, Nayara, Débora, Verônica, Anna-carolina e Milena pelo carinho, auxílio no infortúnio e pelas sempre doces palavras de incentivo;

Especialmente a amiga Priscila, que na felicidade e na adversidade esteve presente e com a qual compartilhei os momentos mais significativos desse curso;

A Cíntia e Sabrina, verdadeiros anjos na minha vida;;

As professoras Mônica Aparecida Grossi e Maria Lucia Duriguetto pelos ensinamentos ao longo do percurso;

A Wanderley Tomás e Fernando Rocha, sempre dispostos a colaborar e pelo magnífico trabalho de publicização do conhecimento.

As Professoras Elizete Menegat e Marina Barbosa Pinto pela valiosa contribuição neste trabalho;

Aos professores da faculdade de Serviço Social da UFJF que contribuíram sobremaneira para minha formação acadêmica e pessoal;

À Beth, secretária do Programa de Pós-graduação, pela paciência e amizade que foram imprescindíveis nesses anos;

À minha orientadora Maria Aparecida Tardin Cassab, por todos os ensinamentos passados nesses anos de convívio. Agradeço especialmente pela paciência e pelo estímulo sem os quais a conclusão deste trabalho não seria possível.

*A minha orientadora Maria Aparecida Tardin Cassab,
pela dedicação e carinho ao longo desses anos.*

RESUMO

Esta dissertação se propõe a abordar a intervenção do poder público local na gestão da reprodução da pobreza no território. Ou seja, compreender de que forma a gestão do espaço urbano induz a localização das classes na cidade, através da hierarquização desse espaço. Nesse sentido, busca-se desvendar as conexões entre o modo de produção capitalista e a organização do espaço social. Para tanto foi realizado um estudo em uma vila operária localizada na zona norte da cidade de Juiz de Fora objetivando compreender como a interação entre Capital, Estado e sujeitos se apresenta na busca pela apropriação do território. Entender a relação entre a construção do espaço social e o modo de produção capitalista, em seu antagonismo de classe e hierarquização social, faz-se relevante para que se possa visualizar a questão social em sua totalidade, sem fragmentá-la a partir de suas expressões.

Palavras chaves: Território, Classe Social, Urbanização

ABSTRACT

This dissertation is proposed to address the intervention of the local public in the management of the reproduction of poverty in the area. That is, understand how the management of the urban space induces the location of classes in the city, through the hierarchy of this area. Therefore, search is unveiling the connection between the capitalist mode of production and social organization of space. For both a study was conducted in a village located operate in the north of the city of Juiz de Fora aiming understand how the interaction between Capital, state and subject presents itself in the search for the appropriation of the territory. Understanding the relationship between the construction of the space and how social and capitalist production, in its antagonism of class and social hierarchy, it is important so that you can view the social issue in its entirety, without fragmented it from their expressions.

Keywords: Territory, Social Class, Urbanization.

LISTA DE IMAGENS

Mapa 1 - Regiões Administrativas de Juiz de Fora	34
Imagem 1 -Vista Aérea da Localização da IMBEL	37
Mapa 2 - Regiões Urbanas de Juiz de Fora	39
Mapa 3 - Vetores de Expansão do Município de Juiz de Fora	41
Imagem 2- Vista Aérea da área construída da F.E.E.A	45
Imagem 3- Extensão do Terreno da F.E.E.A	46
Imagem 4- As Vilas da Fábrica IMBEL	57
Imagem 5- Localização das Escolas	59
Imagem 6- Complexo Composto pela Vila IMBEL, o Clube ABCR e as Escolas	60

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo Um – Organização territorial e evolução urbana: O desenvolvimento das cidades no capitalismo	13
1.1 A organização do território e o modo de produção capitalista	13
1.2 Apontamentos acerca do desenvolvimento urbano das cidades brasileiras	23
Capítulo Dois – A Cidade de Juiz de Fora e as Particularidades da Zona Norte	32
2.1 Juiz de Fora e a política habitacional	35
2.2 A região urbana de Benfica e sua “vocação industrial”	36
2.3 A constru�o da IMBEL como marco na forma�o da região operária	43
Capítulo Tr�s – A Localiza�o dos Trabalhadores na Região Urbana de Benfica	50
3.1 As Vilas Operárias	51
3.2 A Região Urbana de Benfica e a localiza�o do trabalhador na cidade	54
3.3 A Vila IMBEL	56
Considera�es Finais	68
Bibliografia	72
Anexos	76
Anexo 1 - Reportagens publicadas no Jornal Panorama sobre a IMBEL	76
Anexo 2 - Entrevistas com funcionários da IMBEL concedidas ao Jornal da ABCR	81

INTRODUÇÃO

Este estudo se propôs a abordar a intervenção do poder público local na gestão da reprodução da pobreza no território. Ou seja, compreender de que forma a gestão do espaço urbano induz a localização das classes na cidade, através da hierarquização desse espaço. Na sociedade capitalista, as esferas da produção e reprodução assumem uma aparência dicotomizada, como se fossem aspectos independentes e desconexos. Nesse sentido, busca-se desvendar essa mistificação, apontando os nexos entre o modo de produção capitalista e a organização social no espaço, analisando a questão social pelo prisma da categoria território.

Para tanto, esse estudo se centrou no processo de efetivação de uma determinada região do município de Juiz de Fora – a Região Urbana de Benfica – como uma região de localização da classe trabalhadora, focando especialmente na Vila de operários instalada na região. Isto porque a construção da Vila de operários da fábrica IMBEL é aqui entendida como marco de um duplo movimento: Ao mesmo tempo em que define um espaço fora da região central da cidade para a localização das indústrias, construindo a “vocação industrial” da região, também se constitui como incentivo a fixa o dos trabalhadores nessa localidade, fomentando a forma o de um bairro de trabalhadores.

Dessa forma busca-se contribuir para o entendimento da espacializa o da classe trabalhadora, analisando a distribui o territorial da cidade e o seu processo de suburbaniza o.

O assistente social   historicamente chamado a elaborar, gerir e implementar políticas públicas voltadas para a garantia de direitos sociais que possibilitem a manuten o e reprodu o da classe subalterna, através do provimento de benefícios, que, direta ou indiretamente, acarretam ganhos materiais a essa classe. Nesse processo a reprodu o não   apenas econômica, mas também se constitui como um espaço de reprodu o social, a medida em que na sua atua o, o profissional também reproduz valores e conceitos, sendo este um espaço de difusão

ideológica.

A partir da década de oitenta, o Serviço Social passou por um profundo processo de renovação, se desenvolveu teórica e praticamente. O código de ética profissional de 1986 representou essa renovação através da negação da base filosófica e política tradicional, nitidamente conservadora. Nesse momento, a literatura Marxista torna-se a base teórica da formação profissional, trazendo como categoria chave no entendimento das relações sociais o conceito de classe social.

O Código de Ética de 1993 reafirma os valores fundantes - liberdade e justiça social - e o compromisso político com a classe trabalhadora presentes no código anterior, afirmando a luta pela garantia dos direitos dessa classe. Aponta na direção da construção de uma sociedade que erradique os processos de exploração, opressão e alienação.

A partir desse momento, é assumida a compreensão que a questão social é a base material do trabalho do assistente social, sendo tratada por importantes teóricos da profissão.

a questão social – indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado – encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social. Ela tem sido analisada como o elemento fundante do exercício profissional na sociedade. (Iamamoto, 2001;27).

Serão apresentadas aqui, brevemente, o pensamento de dois importantes autores acerca da gênese da questão social, no intuito de iluminar a inserção desse debate na literatura do Serviço Social. Pretende-se demonstrar quais vem sendo os elementos prioritariamente tratados na abordagem da questão social no campo teórico do Serviço Social. Ainda que esses autores utilizem o mesmo referencial teórico, realizam diferentes abordagens, enfatizando aspectos

José Paulo Netto (2001) vincula o surgimento da expressão questão social ao

fenômeno do pauperismo, conseqüente da primeira onda da industrialização.

A partir de então trata-se do crescimento da pobreza em contradição com o crescimento da produção da riqueza. O autor aponta que a questão social se expressa na luta de classes, a partir da politização do pauperismo. Sendo assim, a gênese da questão

social se centra nos antagonismos de classe, na contradição entre a produção social e a apropriação privada da produção. Nessa perspectiva a questão social se configura como questão política a partir da ameaça que o movimento operário passa a representar para a ordem social capitalista.

Marilda lamamoto (2001), parte da mesma matriz, o antagonismo das classes sociais, referindo-se a questão social como indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora. A autora acrescenta um elemento, que é a desigualdade, e coloca em foco o papel do Estado e das políticas públicas.

A autora entende a gênese da questão social no marco da emergência da contradição capital e trabalho, sendo, portanto, historicamente determinada nesse modo de produção. A questão social representa a reprodução ampliada das desigualdades, pois o antagonismo entre as classes se constrói nessas desigualdades. Com o advento do neoliberalismo e a precarização do mundo do trabalho, a questão social adquire novas roupagens. Há um intenso crescimento das desigualdades, especialmente porque esse modelo de acumulação favorece a especulação, no qual o lucro não gera o desenvolvimento das forças produtivas.

Nessas exposições visualizasse a forma de entendimento da questão social, baseada na literatura Marxista, hegemônica no Serviço Social. Deste modo, a contribuição deste estudo para a profissão se direciona em oferecer uma abordagem da questão social que insere o debate sobre o território, a produção de escalas territoriais e as cidades.

Entender a relação entre a construção do espaço e o modo e produção capitalista, em seu antagonismo de classe e hierarquização social, se faz relevante para que a questão social seja visualizada em sua totalidade, sem fragmentá-la a partir de suas expressões, sem dicotomizar as esferas da produção e reprodução.

Essa compreensão requer um embasamento teórico apoiado em dois eixos principais, o desenvolvimento espacial e a evolução urbana. O primeiro desses eixos busca explicitar categorias analíticas que elucidam os processos gerais de apropriação e organização do território, demonstrando a relação estabelecida entre o modo de produção capitalista e a apropriação privada da terra, assim como a

influência desse modo de organização social no território. É importante salientar que as categorias aqui utilizadas, como acumulação primitiva e classe social são pensadas a partir da literatura fundamentada no materialismo histórico.

O segundo eixo, referente à evolução urbana, expõe as distintas formas de organização das cidades brasileiras ao longo de sua história, indicando a relação entre o modelo de desenvolvimento econômico e social e as formas de planejamento urbano utilizadas na gestão dessas cidades. A partir dessa reflexão no âmbito nacional é que se pretende apontar as particularidades e singularidades do município de Juiz de Fora. A análise desses dois eixos e sua correlação com a região pesquisada dão ao estudo sua organização interna. No primeiro capítulo o esforço principal é de problematizar a categoria território e demonstrar as implicações do processo de acumulação primitiva na organização das cidades. Neste momento serão apontadas ainda, de forma correlacionada, o planejamento dessas cidades com os modelos de desenvolvimento econômicos.

O segundo capítulo focaliza a zona norte de Juiz de Fora, mais especificamente a Região Urbana de Benfica, tratando de sua formação histórica e contextualizando sua inserção na cidade.

Na terceira parte desse estudo, a atenção da análise é dirigida a fábrica e a Vila operária da IMBEL, buscando demonstrar a importância do estabelecimento dessas na determinação da “vocação industrial” da região e da constituição de um bairro de trabalhadores.

Uma consideração relevante, para esse estudo, diz respeito ao entendimento de que os movimentos de ocupação, organização e planejamento do espaço são realizados por diferentes agentes, com interesses diversos e mutáveis ao longo da história. Esses movimentos demonstram a interação entre Capital, Estado e sujeitos na busca pela apropriação do território. Sendo assim, não se pode incorrer no equívoco de uma visão determinista, onde uns são percebidos apenas como espectadores da ação de outros.

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E EVOLUÇÃO URBANA: O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES NO CAPITALISMO

Neste capítulo será apresentada uma revisão da literatura, buscando correlacionar dois eixos temáticos: o desenvolvimento espacial e a evolução urbana. Para tanto, em um primeiro momento será problematizada a categoria território dentro do contexto do modo de produção capitalista. Recorrendo ao pensamento de Karl Marx, buscaremos demonstrar as implicações do processo de acumulação primitiva na organização das cidades - através da instituição do modelo de apropriação público/ privada - e diretamente na esfera de reprodução da vida da classe trabalhadora.

No segundo eixo, será tratada a formação das cidades brasileiras, demonstrando de forma correlacionada, o planejamento dessas cidades com os modelos de desenvolvimento vigentes no país em determinados períodos históricos.

1.1 A organização do território e o modo de produção capitalista

Em a Geografia do Poder de Classe, David Harvey (2004), faz uma retomada da história da sociedade capitalista, partindo da ocupação do território como chave de entendimento do processo de expansão dessa sociedade. O autor explicita que a acumulação primitiva do capital, nada mais é do que a separação forçosa do trabalhador do controle dos meios de produção. Ou seja, a origem do capital reside na expropriação do trabalhador da propriedade da terra, deixando-lhe como opção, a venda de sua força de trabalho. Essa também é a separação entre local de produção e local de reprodução e consumo, entre o local de trabalho e local de viver.

“O servo pertence a terra e entrega aos proprietários frutos da terra. O operário livre, pelo contrário, vende a si mesmo, pedaço a pedaço.” (Marx, 1984:

63). Nesse momento histórico, o fim do modo de produção feudal e a emergência do modo de produção capitalista, tem-se o surgimento das classes sociais, cujos elementos definidores são as condições comuns em que estas passam a existir, que resultam em condição de classe.

O que diferencia as classes sociais é o lugar que os indivíduos ocupam na esfera da produção social, em última instância, o lugar ocupado na divisão sócio-técnica do trabalho. As relações básicas do sistema capitalista são constituídas pelos que possuem os meios de produção, e os que vendem sua força de trabalho para obter meios de subsistência. O trabalhador livre é obrigado a vender sua força de trabalho à classe capitalista que em troca lhe paga um salário correspondente a um mínimo capaz de suprir a produção e reprodução de sua vida material. Ele é alienado do processo de produção basicamente de duas formas.

Em primeiro lugar por que o resultado daquilo que ele produz não lhe pertence, é estranho a ele, ele não se reconhece naquilo que produz. Esse processo de alienação é intensificado pela divisão social do trabalho, especialmente na divisão operada entre o trabalho intelectual e o manual, onde o trabalhador não participa da concepção da produção. Dessa forma, diz Marx, o trabalho é exterior ao trabalhador, não pertence a sua essência “e, portanto, ele não se afirma, não se nega em seu trabalho, não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve mental e física livre, mas arruína a sua mente” (Marx, 1844: 153).

Mas o trabalhador também é alienado de sua consciência de classe. Isso porque, as reais condições de produção são escamoteadas. Ele não percebe que, conquanto seja ele a força viva da produção, quer dizer, o verdadeiro produtor da mercadoria, não é a ele que ela pertence. Os trabalhadores são reduzidos a “peças de engrenagem”, pois são eles também mercadorias compradas pelo capital, “coisificados”. É uma alienação material e imaterial, uma desumanização quase absoluta.

No sistema capitalista de produção o trabalho não perde o seu caráter social. Os homens trabalham coletivamente, estabelecendo relações na produção, troca e consumo independente de sua vontade. As relações sociais representam a

materialização das relações estabelecidas no âmbito da produção. Dessa forma, o lugar social do indivíduo é determinado pelo seu lugar na produção. Isto quer dizer que a condição de inserção do sujeito no sistema de relações de produção – como proprietário dos meios e instrumentos de trabalho ou como vendedor de sua força de trabalho – determina também seus modos de vida, seu lugar no território, sua participação na produção cultural, enfim, sua inserção na sociedade.

Marx afirma que a “história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes”. Constata-se nessa afirmação um grau de anistoricidade, por não se tratar de uma sociedade determinada. O objetivo de Marx com essa citação é demonstrar que são os grupos de opressores e oprimidos que fazem a história das sociedades. No caso da sociedade capitalista, à medida que a classe burguesa se afirma, o proletariado também se desenvolve e, conseqüentemente, a luta de classes. Os membros da burguesia possuem o mesmo interesse, porém as duas classes possuem interesses antagônicos porque na medida em que se produz a riqueza, as forças produtivas geram também a miséria e a opressão.

O capitalista luta pela perpetuação do sistema de trabalho assalariado e o operário luta pela sua abolição. Diante desse contexto, a luta de classes se torna uma luta política que pressupõem a consciência de classe. E esta passa pelo processo de desalienação.

A classe burguesa domina e controla todos os aspectos da vida social pois, “a classe que dispõe dos meios de produção material têm controle sobre os meios de produção intelectual”. E para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, a classe dominante deve necessariamente dispor de mecanismos que obscureçam as relações sociais e as tensões existentes entre as classes antagônicas.

Para tanto, o capitalismo cria mecanismos que mistificam as relações sociais, naturalizando-as. A partir da percepção dessas condições objetivas têm-se a possibilidade de mobilização e organização dos indivíduos em torno dos seus interesses comuns, possibilitando a consciência de classe, para se oporem ao grupo dominante. A percepção e a negação das condições objetivas dadas propicia a revolução social. Em outras palavras, o cerne da transformação social é a negação

da produção social existente.

Um desses mecanismos de mistificação é a aparente dicotomização da luta do trabalhador em duas questões distintas: a luta pelo, e no, meio de vida – representada pela luta pela moradia, pela alimentação, e outros fatores do âmbito da reprodução da vida do trabalhador – e a luta na esfera da produção – pelas condições de trabalho e pelo salário.

Entretanto, ambas as questões têm sua gênese na apropriação privada dos meios de produção, e, portanto, são indissociáveis. Os custos de produção e reprodução da vida material e espiritual do trabalhador estão embutidas no custo da mercadoria força de trabalho, o salário, porque essa é sua única forma de obter seus meios de vida, que são imprescindíveis para a manutenção de sua condição de força de trabalho.

E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar os meios de subsistência necessários. Sua atividade vital não lhe é, pois, senão um meio de poder existir. (Marx, 1984: 63).

Cabe ao capitalista, o comprador da mercadoria trabalho, arcar com os custos de reprodução da classe trabalhadora, os custos de vida, sem os quais o trabalhador não se mantém. Da mesma forma que a determinação do preço das outras mercadorias, a determinação do valor salário é regida pela oferta e procura, o que quer dizer que, regra geral, quantos mais indivíduos necessitam de trabalho menor o valor do salário.

Além disso, como elucidada Marx, os salários também oscilam, basicamente, entre dois limiares, o mínimo que o capitalista pode pagar de forma que o trabalhador possua condições de sobrevivência, e o máximo que o trabalhador pode exigir de acordo com a sua capacidade de organização e reivindicação. Desta forma, “o preço de seu trabalho será determinado pelo preço dos meios de subsistência necessários”. Logo, “o custo de produção da força de trabalho simples se compõe, pois, do custo de existência e de reprodução do operário”.(Marx, 1984: 68).

O objetivo do capitalista é sempre reduzir os custos da produção – logo do

salário – aumentando seus lucros. Para tanto, ao máximo que pode, o burguês repassa esses custos ao Estado e ao próprio trabalhador. Francisco de Oliveira afirma que “O capital se reproduz com o rebaixamento do custo da força de trabalho ou, em outras palavras, com o rebaixamento do salário”. (Oliveira, 2004: 68).

A construção e organização das cidades se colocam como pontos estratégicos no processo de acumulação do capital. Como salienta Harvey (2004), a burguesia instituiu a preponderância das cidades sobre campo, atraindo a população para os centros urbanos, já que era necessária mão de obra nas novas indústrias. O resultado foi a expulsão de populações inteiras do campo, instituindo o modo de vida burguês, urbano - ainda que grande parte da população não pudesse partilhar desse modo de vida, já que vivia na miséria.

A criação das grandes cidades e a urbanização acelerada fizeram as cidades dominar o campo, simultaneamente livrando o campo da ‘idiotia’ da vida rural, e reduzindo o campesinato a uma classe subalterna. (Harvey; 2004:198)

Essa estratégia interna engloba a organização e o planejamento dessas cidades que vão se desenvolvendo, de acordo com padrões que possibilitem a circulação de capital e favoreçam a acumulação.

A urbanização maciça concentra forças produtivas e a força de trabalho no espaço, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de

direitos de propriedade em massivas concentrações de poder político e financeiro.

(Harvey, 2004).

A industrialização é um fenômeno essencialmente urbano. Ou seja, a cidade torna-se o locus do próprio sistema de produção, e não mais o campo. Por isso, a população urbana de baixa renda aumenta significativamente, pela necessária presença do operariado urbano, e a segregação espacial-urbana torna-se mais visível.

As fábricas se localizam nas cidades, e por isso também é lá que se concentram os trabalhadores. Marx afirma

A burguesia (...) atrai para a civilização até as mais bárbaras das nações; os baixos preços das suas mercadorias são a artilharia pesada que demole todas as muralhas chinesas que fazem capitular a aversão obstinada dos bárbaros em relação aos estrangeiros. Força todos os países, sob pena de extinção, a adotar o modo burguês de produção; força-os a introdução em seu meio ao que ele chama de civilização, isto é, para que eles também se tornem burgueses. Em uma palavra, cria um mundo à sua própria imagem. (Marx, apud Harvey; 2004:53)

E através das leis a burguesia estabelece a propriedade privada enquanto direito inalienável além de outros direitos políticos e econômicos que possibilitam a organização e gestão do mundo do trabalho.

A disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade - o equilíbrio de forças de classe e os poderes do Estado que tornam possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista, e seu controle sobre a produção e a apropriação. (Wood; 2001:28)

Como nos esclarece Ellen Wood (2001), os conflitos entre Capital e Trabalho se gestam em cada centro de produção, demarcados por uma complexa estrutura de organização, sendo neles mesmo domesticados. Quando os conflitos fogem do controle individual do capital, é que passam a ser conduzidos pelo Estado.

A luta de classe se localiza dessa forma no centro de produção, o que caracteriza a luta como sendo local e particular. O local deve ser visto como o espaço em que acontecem as relações sociais, que permitem a consciência de classe, importante para as lutas domésticas no capitalismo contemporâneo.

A organização das cidades capitalistas é justamente a materialização das relações de produção. Nelas são representadas essas contradições entre capital e trabalho. As cidades representam dessa forma a hierarquização da sociedade capitalista dividida em classes.

Harvey explicita essa problemática com o conceito de “monopólio natural”, o que quer dizer que “a apropriação a partir da habitação é muito sensível às mudanças de transporte”, já que “pressionado por novas e mais baratas formas de

transporte, o trabalhador pode escapar ao aprisionamento geográfico”.(Harvey, 2004 :102).

Portanto o Capital intervém na organização do meio urbano com vistas à manutenção da ordem social capitalista e a redução dos custos de reprodução da mão de obra. Isso porque a sobrevivência do capitalismo impõe que o trabalho seja domesticado, não somente na esfera da produção, mas também na reprodução, o que significa determinar também a esfera do consumo, onde se situa a moradia.

Essas intervenções do Capital na organização do meio construído ocorrem, em geral, pela mediação do Estado, que detém os instrumentos de planejamento do território, entre eles a isenção de impostos, a concessão de terrenos, e principalmente o investimento em infra-estrutura.

Nesse processo dois fatores que estão na base da dinâmica de segregação sócio-espacial urbana: o conceito de localização e a participação do Estado. A cidade se caracteriza por ser um ambiente construído, ou seja, seu espaço é produzido, fruto do trabalho social. O solo urbano tem seu valor determinado por sua localização. Esta se caracteriza pelo trabalho social necessário para tornar o solo edificável (a infra-estrutura urbana), a sua “acessibilidade” e, a sua demanda. Esse conjunto de fatores é que distingue qualitativamente uma parcela do solo, dando-lhe certo valor e diferenciando-o.

A localização será mais interessante na medida em que houver um significativo trabalho social para produzi-la, ou seja, para torná-la atrativa. A localização urbana é fruto do trabalho coletivo: ela dependerá sempre da aglomeração em que se situa, do entorno urbano na qual está, e da intervenção do Estado para construí-la e equipá-la, de tal forma que ela se torne interessante. Portanto, a intervenção estatal é um importante complemento à regulação de mercado do acesso ao solo urbano.

Essa intervenção, não por acaso, sempre se deu em áreas concentradas das cidades, nos setores ocupados pelas classes dominantes. A desigual implantação de infra-estrutura por parte do Estado (ou seja, do trabalho social que produz o solo urbano) gerou diferenciações claras entre os setores das cidades. Essas

diferenciações podem ser melhor compreendidas a partir dos conceitos de “espaços luminosos” e “espaços opacos”, advindos do pensamento de Milton Santos (1994).

Segundo o autor, os espaços luminosos são aqueles que exprimem a máxima modernização, sendo bem servidos pelas redes informacionais – telecomunicações, transporte e infra-estrutura urbana – e se contrapondo aos espaços opacos que estão no interstício dessas redes, onde as modernizações e as políticas públicas não chegam, apesar de seus habitantes participarem da lógica que move a cidade.

Tal dinâmica de urbanização da cidade explicita processos de valorização fundiária e imobiliária que constituem uma matriz de exclusão, na qual o acesso à cidade urbanizada só é possível para aqueles que podem pagar por ela. Nesse processo, o Estado cumpriu, sistematicamente, um papel de controle sobre a produção do espaço urbano, garantindo a onipotência de uma classe abastada e mantendo em níveis aceitáveis os bairros de classe média.

Um exame superficial dessa intervenção Estatal pode obscurecer o racionalismo desta, já que algumas vezes o capital parece intervir em favor do trabalho - como é o caso do incentivo à casa própria e da construção de vilas operárias. Entretanto, “essa coalizão não é forjada altruisticamente, mas surge da relação entre a taxa de salário e os custos de reprodução da força de trabalho” (Harvey, 2004: 15). Além disso, é no meio de vida que o capital exerce a sua força socializadora, de propagação de valores burgueses e de disciplina para o trabalho.

Um elucidativo exemplo dessas intervenções diz respeito a casa própria do trabalhador. Harvey (2004) expõe as vantagens que a vulgarização da propriedade da residência, individualizada, traz para a classe capitalista. Ela se apresenta com uma forma de manter inabalável o princípio da propriedade privada, além de rebaixar os custos da produção, com a redução do salário.

Ela (a casa própria), estimula a fidelidade de pelo menos uma parte da classe operária ao princípio da propriedade privada, além de promover a ética de um ‘individualismo possessivo’ bem como fragmentação dessa classe em ‘classes de habitação’ constituídas de inquilinos e proprietários. (Harvey, 2004:13)

A casa própria, em suma, convida uma facção da classe trabalhadora a comprometer sua luta inevitável pela apropriação do valor nas sociedades capitalistas, de uma maneira muito diferente. Ela a coloca do lado do princípio da propriedade privada e, freqüentemente, leva a se apropriar de valores às custas de outras facções da classe trabalhadora. Com este maravilhoso instrumento para dividir e governar à sua mercê, não chega a ser surpreendente que o capital em geral alie-se ao trabalho a esse respeito, contra os interesses fundiários. (Harvey; 2004 : 15)

Francisco de Oliveira (2004) aponta como muitas das casas foram construídas através dos mutirões entre os próprios trabalhadores. “a industrialização estava se fazendo, com base na autoconstrução, como um modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho” (Oliveira, 2004:68).

No processo de autoconstrução da habitação recai no trabalhador um sobre-trabalho, já que como demonstrou Marx (1884) no cômputo do salário está teoricamente incluía uma parte referente à habitação, que, sendo insuficiente, exige que o trabalhador dispenda um grande número de horas extras - seja no emprego, como forma de aumentar a remuneração, seja no próprio processo de construção - para atender a uma necessidade básica.

O tempo de trabalho para autoconstruir não é calculado monetariamente, não entra no cálculo do salário, mas faz parte do tempo de trabalho necessário para a garantia da moradia, faz parte do tempo de descanso que é usado para o trabalho e da superexploração da força de trabalho.

Em linhas gerais, a autoconstrução é um processo de trabalho extremamente penoso, com elevados custos individuais que recaem sobre a classe trabalhadora. Há um alongamento da jornada de trabalho que repercute na acumulação de capital, já que permite pagar salários mais baixos e ao mesmo tempo desgasta rapidamente a capacidade produtiva da força de trabalho, sem o mínimo descanso necessário. O produto, casa - embora seja muito precário pela qualidade do material utilizado – é uma alternativa de moradia. Produz-se a casa e a cidade neste processo cotidiano.

A autoconstrução reproduz – ao reproduzir casas em lugares sem infra-estrutura e com um sobre-trabalho individual – as condições gerais de reprodução do espaço urbano. Onde é possível morar, de que modo é possível morar, definindo e redefinindo o lugar de cada um na cidade. (Rodrigues; 1988 : 3)

Essa foi uma forte vertente da industrialização brasileira, baseada nos próprios esforços da classe trabalhadora. Como afirma Oliveira, as conseqüências desse processo são a constituição das periferias sem aporte técnico, com habitações precárias.

A conseqüência desse barateamento é que isso não é mais uma cidade. É um acampamento. Essa forma de barateamento resultou nas nossas periferias, que são feiíssimas, horrorosas. Inviabilizam a própria vida das pessoas. (Oliveira,2004:69).

É importante ressaltar que as autoconstruções, de forma alguma, resolvem a questão do déficit habitacional. Trata-se de “uma dialética negativa”, pois centra a questão da habitação nos esforços dos próprios trabalhadores e não do Capital. Essa casa construída pelos mutirões não possui valor de troca, possui apenas o valor de uso, a finalidade de habitar. Isso porque ela não cria valor, não se constitui em mercadoria. Nas palavras de Oliveira (2006) “Isso (a autoconstrução) funcionaliza a pobreza, tornando-a plástica e capaz de ser adaptada, cooptada, usada em cada momento e depois abandonada”.

O mutirão é uma espécie de dialética negativa em operação. A dialética negativa age assim: ao invés de elevar o nível de da contradição, ela o rebaixa. Elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da habitação pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação por meio dos pobres trabalhadores. (Oliveira; 2006:72)

O entendimento da problemática da habitação para a classe trabalhadora exige uma retomada da história do desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras, que será tratada no próximo item.

1.2 Apontamentos acerca do desenvolvimento urbano das cidades brasileiras

Neste tópico serão apresentadas algumas considerações sobre as especificidades do desenvolvimento histórico das cidades no Brasil, correlacionando o período político econômico com os modelos de planejamento urbano adotado. Para tanto realiza-se uma retomada ao período colonial para que possam ser sinalizadas particularidades desse período que deixam marcas na organização espacial das cidades.

Até meados do século XIX, a terra no Brasil ou era concedida pela Coroa ou, simplesmente, ocupada. Sendo assim, a terra ainda não tinha valor comercial, já que não era vendida ou comprada – evidentemente, essas formas de apropriação favoreciam a hegemonia de uma classe social privilegiada, ainda que não fosse a posse das terras o indicativo da riqueza de seu dono. A Lei das Terras, de setembro de 1850, transformou-a em mercadoria, já que para se ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela. Ou seja, pode-se considerar que a Lei de Terras representa o princípio da fundação da propriedade privada em solo brasileiro.

Nesse momento, consolida-se uma nítida divisão da sociedade em duas categorias bem distintas: os proprietários fundiários de um lado, e do outro, sem nenhuma possibilidade de comprar terras, os escravos - que seriam, juridicamente, libertos apenas em 1888 - e os imigrantes, presos a dívidas ou ignorantes dos procedimentos necessários para obter o título de propriedade.

Entretanto, se por um lado os maiores efeitos da promulgação dessa lei são sentidos no campo, não se pode perder de vista que ela torna possível regulamentar o acesso à terra urbana, definindo padrões de uso e ocupação. Ermínia Maricato pontua que a lei “distingue, pela primeira vez na história do país, o que é solo público e o que é solo privado” (Maricato, 1997:23). Ou seja, nas cidades como no campo, a estrutura institucional e política de regulamentação do acesso a terra foi sempre implementada no sentido de favorecer a hegemonia política-econômica de uma elite.

Como pontua Francisco de Oliveira (2000), o fato de a produção ocorrer,

basicamente no meio rural, não significa que as cidades não tivessem importância nesse período. Ao contrário, por ser a produção voltada para a exportação, o controle de sua comercialização se dava essencialmente nas cidades.

Nesse período agro-exportador e de uma industrialização incipiente, imperou no Brasil uma visão de que as cidades não podiam ser a expressão do atraso nacional frente ao modernismo das grandes cidades européias, em especial, em um momento em que as exportações de café reforçavam a participação do país no comércio internacional. Sendo elas o centro comercial e político do país, interessava que cidades como Rio de Janeiro e São Paulo tivessem uma aparência compatível com a ambição comercial da expansão cafeeira. Por essa razão, as primeiras grandes intervenções urbanas objetivavam criar uma imagem esteticamente agradável, em conformidade com os padrões europeus.

Dessa forma, produziu-se uma sistemática segregação social, reproduzindo na cidade a mesma diferenciação social resultante da hegemonia das elites que se verificava nos latifúndios.

Mesmo que não fosse ainda regida pelas dinâmicas do capitalismo industrial, as cidades brasileiras já se caracterizavam pela hierarquização do espaço onde para grande parte da população sobravam as áreas menos valorizadas pelo mercado. A insalubridade, as epidemias decorrentes da ausência de saneamento básico, a violência e a alta densidade populacional eram marcas de uma parte da cidade e já mostravam a tônica do que viria a ser a cidade brasileira do século XX.

Por isso, as reformas urbanas deste período baseavam-se no preceito pouco questionável do controle sanitário e destinavam-se a sanar as epidemias crescentes e recuperar a cidade, vista como um órgão doente (Maricato, 1996). Para atrair o capital estrangeiro para o país, era necessário “modernizar” as cidades, expulsando a população pobre dos cortiços e dos morros centrais, para locais mais distantes, num intenso processo de “gentrificação”¹.

Tais planos urbanísticos, que ficaram conhecidos como de Melhoramentos e Embelezamento, baseavam-se em uma concepção do espaço como um espaço

1 Na acepção utilizada por Harvey (2004), de expulsão de populações de baixa renda das regiões centrais e valorizadas da cidade, para regiões distantes e segregadas.

ideal”, absoluto e infinito, que não oferece resistência à ação do homem, podendo ser construído e reconstruído, indefinidamente, desconsiderando por completo os sujeitos que já o ocupam.

Esse período marca também o início de uma outra prática que, se por um lado instituiria padrões mais modernos de controle do processo de urbanização, por outro fomentou a diferenciação de localizações urbanas privilegiadas: a implantação de uma complexa legislação urbanística, que estabelecia normas extremamente rígidas para a construção de edifícios e para as possibilidades de uso e ocupação do solo.

O Estado atua, intermediando esses conflitos, por meio do direcionamento dos investimentos públicos, da fixação das regras para financiamento imobiliário, criação ou mudança de legislação etc.; políticas públicas que ora favorecem certos setores do capital, ora atendem às reivindicações dos trabalhadores, quando o seu nível de organização assim o obriga.(Maricato;1988 : 32).

A produção e a distribuição da moradia relacionam-se com os investimentos públicos feitos na cidade. A orientação desses investimentos, por meio das políticas públicas, orienta também, em parte, a valorização imobiliária e, particularmente, a valorização fundiária. Os interesses políticos envolvidos na produção da moradia e do espaço urbano, como se pode perceber, são muitos e poderosos. O crescimento urbano, aparentemente natural, tem por trás de si uma lógica que é dada pelos interesses em jogo e pelo conflito entre eles. (Maricato;1988:32)

Dessa forma, privilegiou-se o mercado imobiliário, capaz de respeitar tais regras ou de dobrá-las pelo seu poder financeiro e prejudicava-se, definitivamente, a população mais pobre, incapaz de responder às duras exigências legais. Para construir, seria necessário ter a documentação da posse da terra, dominar o aparato técnico-jurídico do desenho e da aprovação de plantas, e respeitar as diretrizes legais sanitárias e de ocupação e uso do solo, que muitas vezes impunham regras que só podiam ser aplicadas nos terrenos mais caros.

Mas é com a intensificação da industrialização que o conceito de diferenciação espacial pela localização e a importância da intervenção estatal ganham toda sua dimensão. O capitalismo industrial, ao exacerbar a divisão social do trabalho, acentuou a divisão social do espaço, já que a organização espacial representa no espaço físico a hierarquização da sociedade capitalista.

Na Era Vargas – pós 1930 - aparecem pela primeira vez os efeitos de uma crescente migração rural-urbana, oriunda do Nordeste em direção ao Sul em busca de empregos industriais. Embora esse processo fosse realmente intensificar-se algumas décadas depois, nos anos 1950/1960, o fato é que tal dinâmica elevou o problema da provisão habitacional para a massa operária forçando o Estado a se responsabilizar pela questão habitacional. Mas, como era característico do populismo, não foi formulada uma política pública que realmente respondesse à demanda que se criava.

Com a oferta de moradia de aluguel declinando, e sem que o Estado suprisse a conseqüente demanda por habitações, restava a uma parte da população uma solução que, na prática, desresponsabilizava tanto o Estado quanto o Capital pela questão da moradia: a ocupação das terras, ou o loteamento das periferias, através das autoconstruções. (Maricato, 1997:36). Começava-se a delinear-se o que seria a matriz do crescimento urbano no Brasil.

A abertura ao capital internacional promovida nos anos 50 por Juscelino Kubitschek acentua a situação de extrema desigualdade no acesso à terra urbana. A partir desse momento, estabelece-se um paradigma duplamente problemático: por um lado, observa-se um padrão congênito de atraso tecnológico, ligado por outro lado a um padrão de alta concentração da renda, que se baseava na manutenção de uma mão-de-obra de baixo custo, necessariamente sub-assalariada.

A essa mão-de-obra sub-assalariada o que sobra como espaço a ser

Ocupado são as franjas periféricas das grandes cidades que aumentam

Significativamente sua densidade populacional. Tal situação só chega a desencadear

alguma reação quando ameaça a própria “coesão social”. No regime militar, no início

da década de 1960, em face de tal cenário, o Estado passa a promover

deliberadamente soluções habitacionais de baixo custo nas periferias.

Oliveira (2004) elucida que essa intervenção do Governo ditatorial na política de habitação pode ser explicada a partir de duas considerações. A primeira diz respeito a necessidade de ocupar a mão-de-obra excessiva que se formava, correspondendo por tanto a uma política de geração de empregos através da construção civil. Embora não se constitua enquanto emprego formal, era uma

situação de emprego quase permanente, pois o operário saía de uma obra para a outra. Dessa forma, o trabalhador poderia estar desempregado formalmente, mas não desocupado.

A segunda consideração diz respeito à necessidade de legitimação que o regime ditatorial possuía. A casa própria se tornava a realização de um sonho, possibilitando que alguns segmentos – em especial a classe média – mantivessem seu apoio à ditadura.

Forma-se, dessa maneira, uma classe média sequiosa de bens materiais, a começar pela propriedade, e mais apegada ao consumo que a cidadania, sócia despreocupada do crescimento e do poder, com os quais se confundia. Daí a tolerância, senão a cumplicidade, com o regime autoritário. (Santos; 2005: 137)

Assim, o período pós-64 inaugurou uma nova fase de intervenção estatal na habitação, criando o Banco Nacional de Habitação – BNH, que atuava como o banco central do Sistema Financeiro de Habitação.

O Estado Brasileiro, não por inspiração doutrinária nem ideológica, é forçado pelas próprias necessidades de reprodução ampliada do capital a penetrar em espaços produtivos que antes não estavam sob o seu controle e nem sob seu comando. (...) O Estado brasileiro é levado por essas necessidades – não para construir a ante-sala do socialismo, mas na verdade para potenciar a própria acumulação industrial – a penetrar em espaços produtivos que lhe estavam vedados. (Oliveira; 2000 : 47)

Com a criação do BNH, o governo militar inicia uma nova etapa na política habitacional e de produção do espaço urbano no Brasil. A configuração dessa política foi traçada com a criação do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em 1967. Com essas medidas, o Estado reuniu o capital necessário ao financiamento do consumo e da produção de moradias, com base na poupança voluntária, fundamentalmente em cadernetas de poupança (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), e na poupança compulsória (FGTS). Essa capitalização possibilitou um amplo desenvolvimento do mercado imobiliário por meio da estruturação de uma rede de agentes financeiros, do fortalecimento e da expansão da incorporação imobiliária e da indústria da construção.

Em função disso, foi no regime militar que mais se produziu habitações populares no Brasil. Porém, o modelo do SFH/BNH objetivava prioritariamente a acumulação privada de setores da economia envolvidos com a produção habitacional no conjunto dos esforços para alavancar o milagre econômico. No campo específico da habitação social, a formatação institucional do SFH/BNH acabou por favorecer somente a construção de conjuntos habitacionais sem o necessário conjunto de equipamentos e melhorias urbanas, distantes das áreas centrais e da oferta de emprego, geralmente mal servidos pelo transporte público e sem quase nenhuma infra-estrutura, nem serviços urbanos.

Ou seja, ao lado dos grandes conjuntos, a solução da ocupação irregular de glebas vazias e os loteamentos clandestinos continuavam a responder à maior parte da demanda habitacional dos pobres das cidades. Com o tempo e o esgotamento dessas terras, restou à população mais pobre ocupar as únicas áreas onde estariam a salvo da ação do mercado: as áreas de proteção ambiental, como as beiras de córregos, os mananciais e as encostas. Como afirma Maricato:

Enquanto existiram (...) as alternativas da favela, do cortiço ou do loteamento irregular, a noção de crise habitacional não emergiu. Durante várias décadas, a população favelada do Rio cresceu a ponto de constituir aproximadamente 1/3 do total da população urbana. Em Belo Horizonte, 1/4. Em Salvador e Fortaleza, 1/2. A idéia da crise surge porque as alternativas informais também diminuem. (Maricato; 1988: 34)

Ao fim do período ditatorial, em meados da década de 1980, o Brasil encontrava-se imerso em uma grave crise econômica, política e, sobretudo social, configurada por um intenso empobrecimento da população urbana em um contexto de profunda recessão e desemprego. A experiência da escassez atingiu inclusive a classe média, rebaixando seus níveis econômicos.

Esse é um contexto de mudanças políticas no país, de abertura e de promulgação de uma Constituição. A sociedade civil começa a mobilizar-se em torno de reivindicações sociais como acesso à saúde, a educação e a política urbana. Os movimentos sociais voltados para a questão urbana, se organizaram reivindicando a

regularização dos loteamentos clandestinos, a construção de equipamentos de educação e saúde e a implantação de infra-estrutura nas favelas.

Nesse sentido a constituição de 1988 representa um avanço à medida que determina o acesso a moradia como um direito social e que, nos artigos 182 e 183, estabelece alguns instrumentos para o controle público da produção do espaço urbano e introduzem o princípio da chamada “Função Social da Propriedade Urbana”² – que, na prática, nada mais é do que uso da propriedade. Porém, a regulamentação desses artigos só viria a ocorrer 11 anos depois, com a aprovação definitiva do capítulo da reforma urbana da Constituição Federal, em uma tramitação que contou com a pressão constante do Fórum Nacional de Reforma Urbana, e que culminou com a aprovação da Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, em julho de 2001.

Esses instrumentos dotam o poder público de maior controle sobre o espaço urbano. Entretanto, deve-se considerar que o Estado, historicamente, se posicionou a favor das classes dominantes na intervenção no planejamento urbano. Logo, a própria demora na aprovação das medidas é indicativa da inexpressiva vontade política de consolidar os avanços constitucionais. Além disso, nos anos noventa a tendência neoliberal de absoluta minimização do papel do Estado, se institucionaliza no Brasil, no conjunto das reformas preconizadas pelo “Consenso de Washington”³.

As medidas neoliberais adotadas no mundo todo têm no Brasil conseqüências ainda mais graves. Os salários se tornam ainda mais reduzidos, além da intensa precarização do trabalho. Oliveira (2004) informa que metade da força de trabalho da População Economicamente Ativa (PEA) encontra-se no chamado setor informal

2 Define a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182 §4º que é facultado ao Poder Público exigir, nos termos da lei, que o proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, promova seu adequado aproveitamento, podendo impor inclusive a desapropriação do terreno. Em tese, essa medida pode ser evocada na tentativa de evitar a retenção especulativa de imóveis vagos ou subutilizados, para preservar o patrimônio cultural ou ambiental, para exigir a urbanização ou ocupação compulsórias de imóveis ociosos, para captar recursos financeiros destinados ao desenvolvimento urbano e para exigir a reparação de impactos ambientais.

3 “Consenso de Washington” é um conjunto de medidas formulado por economistas de instituições financeiras, como o [Banco Mundial](#) que se tornou a política oficial do [Fundo Monetário Internacional](#) em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países pobres que passavam por crises econômicas. Foi utilizado para consolidar medidas de caráter [neoliberal, como disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, privatização das estatais, reforma tributária entre outras.](#)

da economia. Isso resulta no que o autor denomina de “superacumulação de capital”. O que significa, não só o excesso de máquinas e tecnologias, mas também e, principalmente, o excesso de trabalho desempregado, de enorme aceleração das forças produtivas.

Dá-se então a esdrúxula combinação, em que a revolução tecnológica desemprega do ponto de vista formal, mas não desocupa – diferença essencial e importante. (Oliveira; 2004:70).

O resultado é o acesso ainda mais precário da classe trabalhadora aos bens e serviços da cidade, inclusive a moradia.

Também no âmbito das cidades, o discurso da globalização serve para vender uma imagem supostamente necessária de modernização, enquanto na verdade se acentuam ainda mais os desequilíbrios na alocação dos investimentos públicos urbanos, gerando diferenciações e valorização fundiárias ainda mais abruptas. A suposta necessidade de inserção na economia global intensifica a competição entre as cidades para atrair investimentos externos e serve como pretexto para construir centros de negócios, avenidas largas e modernas, verdadeiras “ilhas de Primeiro Mundo”, com uso do dinheiro público.

Maricato (2002) pensa essa nova matriz como “um caminho de dominação econômica, política e ideológica de inspiração externa”, que reproduz modelos alienados de nossa realidade. É certo que em meio a esse conturbado contexto de “globalização” muitos instrumentos de controle social do Estatuto da Cidade ficaram sem uso. Entretanto, alguns instrumentos desse Estatuto possibilitam um maior controle do Estado sobre usos e ocupações do solo urbano, como é o caso das ZEIS⁴ (Zonas Especiais de Interesse Social), do usucapião urbano e do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) progressivo.

Um outro instrumento promulgado na Constituição e regulamentado pelo Estatuto são os Planos Diretores, nos quais se determina que seja feita a regulamentação dos instrumentos urbanísticos propostos.

O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as

4 As ZEIS são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária. Se constituem como uma possibilidade legal de se estabelecer um plano próprio, adequado às especificidades locais.

idades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico de política de desenvolvimento e de expansão urbana. (Constituição Federal; 1988, art.182; § 1º : 96)

A idéia do Plano Diretor, em consonância com os princípios da Constituição é a de municipalização da questão urbana, jogando para a esfera municipal a mediação do conflito entre o direito privado e o interesse público. Dessa forma, estabelece-se uma nova disputa essencialmente política no nível local, e dependendo dos rumos que ela segue, esses instrumentos podem ser mais ou menos efetivados.

Capítulo II – A CIDADE DE JUIZ DE FORA E AS PARTICULARIDADES DA ZONA NORTE

Neste capítulo será apresentada a zona norte de Juiz de Fora, sua inserção no contexto da cidade, suas particularidades e a importância das grandes indústrias para a região.

O município de Juiz de Fora foi fundado em meados da década de 1850, representando à época um importante elo entre o circuito do ouro, no interior de Minas Gerais e os portos na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, ela se constitui como pólo da região da Zona da Mata Mineira, agregando uma população estimada 513.348 mil habitantes⁵.

Segundo a Fundação Getulio Vargas, o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade é de 0,828, situando-a no primeiro lugar entre os municípios de Minas Gerais no que diz respeito a oferta de empregos e ao desempenho na educação.

A cidade é subdividida em sete Regiões Administrativas (R.A), sendo elas Centro, Sul, Sudeste, Oeste, Leste, Nordeste e Norte. A região central abriga a maioria das atividades urbanas. Possui características predominantemente comerciais, no núcleo, e residenciais de médio a alto padrões, nos bairros do entorno. É onde se localizam os mais importantes equipamentos de lazer, como teatros, cinemas e centros culturais, shoppings e restaurantes. Reúne também os principais prédios e monumentos históricos, tombados pelo município.

Na R.A Leste é possível identificar resquícios da atividade rural como sítios e granjas de produção de hortaliças. Segundo o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) do Município, esta região é responsável por grande parte da produção agrícola da cidade.

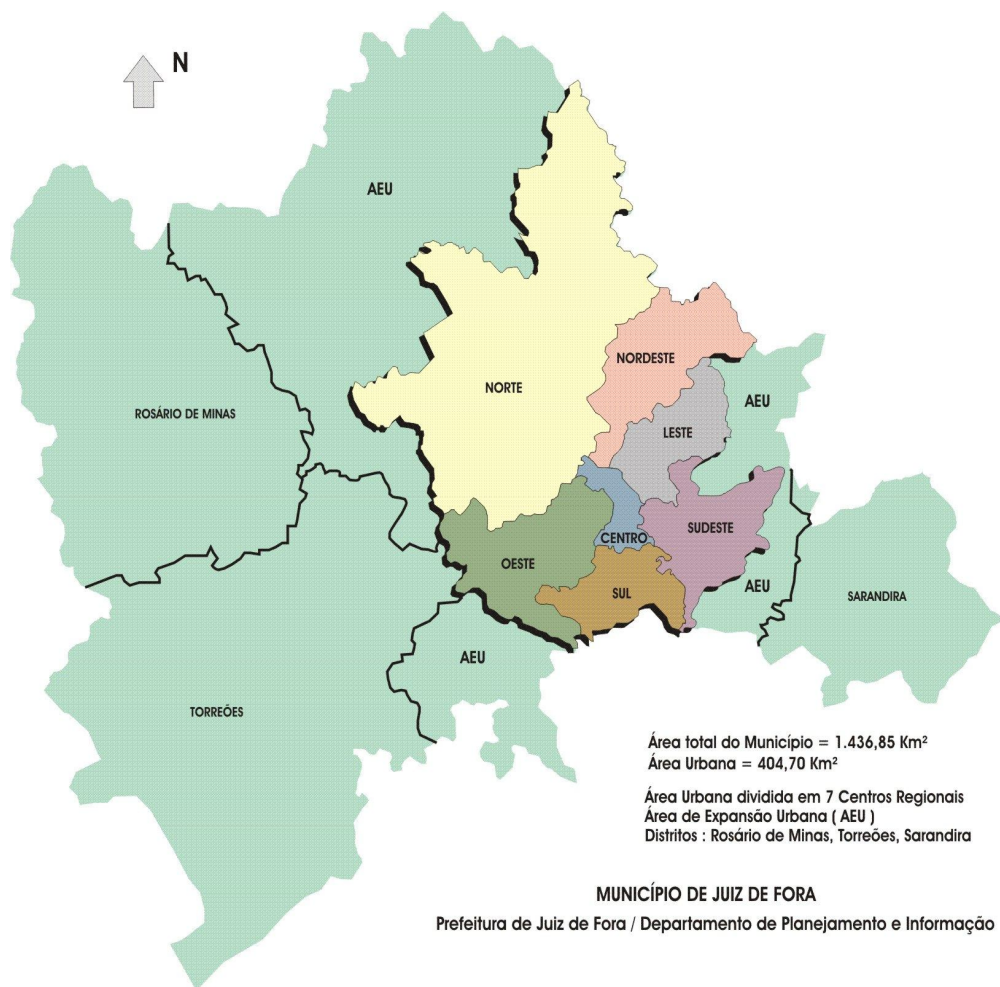
5 Segundo dados do site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Juiz_de_Fora

A região oeste é conhecida como “cidade alta”. Nela há a predominância de residências e condomínios fechados destinados a classe média-alta, contrastando significativamente com uma área de residência popular, habitada pelos descendentes de colonos alemães.

As regiões Sul e Sudeste são prioritariamente ocupadas por residências de classe média e média-alta, com uma forte presença de restaurantes, lojas de conveniência, hotéis, motéis, postos de gasolina e casas de show.

As regiões nordeste e, mais especificamente, a norte, caracterizam-se por ter tido sua ocupação basicamente efetivada pelos trabalhadores das fábricas que por lá se instalaram. Historicamente essa região se caracteriza como pólo industrial da cidade.

MAPA 1: AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE JUIZ DE FORA



Fonte: Plano Diretor de Juiz de Fora, disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br>

2.1 Juiz de Fora e a política habitacional

A década de 1980 representa para o município de Juiz de Fora um marco no que concerne ao adensamento populacional. O intenso fluxo migratório de trabalhadores para as indústrias que se instalaram na cidade nas décadas anteriores gerou um crescimento urbano desordenado e culminou com a formação de um cinturão de pobreza, com a ocupação irregular de terras devolutas públicas e particulares, bem como de áreas insalubres.

Como tentativa de redirecionar as políticas públicas para o enfrentamento da problemática habitacional é criada em 1986 a Coordenadoria de Regulação de Parcelamento (CORE) e a Empresa Regional de Habitação em Juiz de Fora S.A (EMCASA). O CORE passa a ser responsável pela regularização de parcelamentos em áreas particulares ou públicas. A EMCASA torna-se o órgão público responsável pelo planejamento, a produção, o financiamento e a comercialização de casas populares e lotes urbanizados, atendendo a famílias cuja renda equivalesse a seis salários mínimos.

A aprovação da Lei Orgânica do Município, em 1990 faz as primeiras referências ao uso e ocupação do solo e ao uso do IPTU progressivo e aponta na direção da elaboração do plano diretor do município, que somente é concluído seis anos depois, em 1996.

Na gestão do Prefeito Tarcísio Delgado, entre os anos de 1996 a 2000 foi implementado o projeto de Planejamento. O princípio estabelecido neste projeto é o de que “a cidade deve melhorar a qualidade dos seus espaços desenvolvendo uma paisagem acolhedora e melhorando a mobilidade interna”. (Planejamento estratégico: 2000)

A citação acima demonstra que a preocupação do Poder Público Local com o planejamento urbano estava muito mais voltada para a desocupação das áreas centrais e com propostas de embelezamento da cidade do que com o déficit habitacional para as classes trabalhadoras.

Cabe ressaltar que a arena de disputas pelas políticas habitacionais no

município conta com uma importante articulação de entidades, grupos e movimentos sociais. Desta articulação derivou a elaboração de uma lei para a criação do Conselho Municipal de Habitação (CMH), em 1998. Um dos mais importantes desses grupos que atuam diante da questão habitacional no município é o CDDH (Centro de Defesa de Direitos Humanos), que obteve importantes conquistas no sentido de mobilizar as comunidades e de reivindicar o direito constitucional à moradia.

2.2 A Região urbana de Benfica e sua “vocação industrial”

A região Norte de Juiz de Fora se estende ao longo do Rio Paribuna, sendo delimitada pelos trilhos da RFFSA de um lado e pela BR 040 de outro. Sua ocupação urbana apresenta uma diferenciação, de forma que a parte mais próxima da região central é ocupada por casas e pequenos prédios destinados à classe média. As áreas mais distantes são caracterizadas por moradias populares e pela forte presença de indústrias.

Imagem 1: Vista aérea da localização da IMBEL



Disponível em: www.wikimapia.org

Essas distintas formas de ocupação têm como marco geográfico a Fábrica de

Estojos e Espoletas de Artilharia do Exército (FEEA)⁶- atualmente denominada de IMBEL. Esta indústria se localiza na área militar, que se constitui em um grande pedaço de terra cuja maior parte está desocupada, o que contribui para a baixa densidade populacional da região.

No sentido centro-zona Norte a IMBEL é a primeira das industriais e é a partir dela que irá se constituir a “zona industrial” e de residência dos trabalhadores. Na foto acima, visualiza-se essa afirmação. Pode-se perceber que os bairros mais populosos da região, a saber, Benfica, Araújo e Vila Esperança, se situam a partir da IMBEL, no sentido zona norte, ou seja, mais distantes do centro. As maiores indústrias da região também se localizam a partir da IMBEL, no sentido zona norte.

Para compreender melhor essas divisões dentro da região, há de se saber que no Plano Diretor do município de Juiz de Fora, elaborado em 1998, as regiões administrativas são subdivididas em Regiões Urbanas (RU) ou regiões de planejamento (RP), de acordo, não só com a localização geográfica – como são as regiões administrativas – mas também, com características econômicas.

A Região Urbana de Benfica (RU 3) é formada pelos bairros: Benfica, Distrito Industrial, Araújo, São Judas Tadeu, Ponte Preta, Vila do Sapê, Nova Benfica, Vila Esperança I e II. Sendo que o pólo dessa RU é o bairro de Benfica, que além de ter sido o primeiro a ser ocupado, é o que possui maior infraestrutura, com a melhor oferta de comércio e serviços.

⁶ Mais adiante trataremos especificamente da FEEA, por sua importância na definição da função econômica da região.

Mapa 2: As Regiões Urbanas de Juiz de Fora



Fonte: Plano Diretor de Juiz de Fora, disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br>

A região de Benfica tem sua origem no início do século XVIII, com a abertura

do chamado “Caminho Novo”, a estrada que ligava a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro às cidades mineiras onde eram explorados ouro e diamante. A partir disso, objetivando facilitar a ocupação da região, a Coroa concedeu sesmarias ao longo desse caminho, que originaram um pequeno povoado. Em 1887 foi inaugurada a estação de trem da localidade, o que ocasionou a propulsão de seu desenvolvimento.

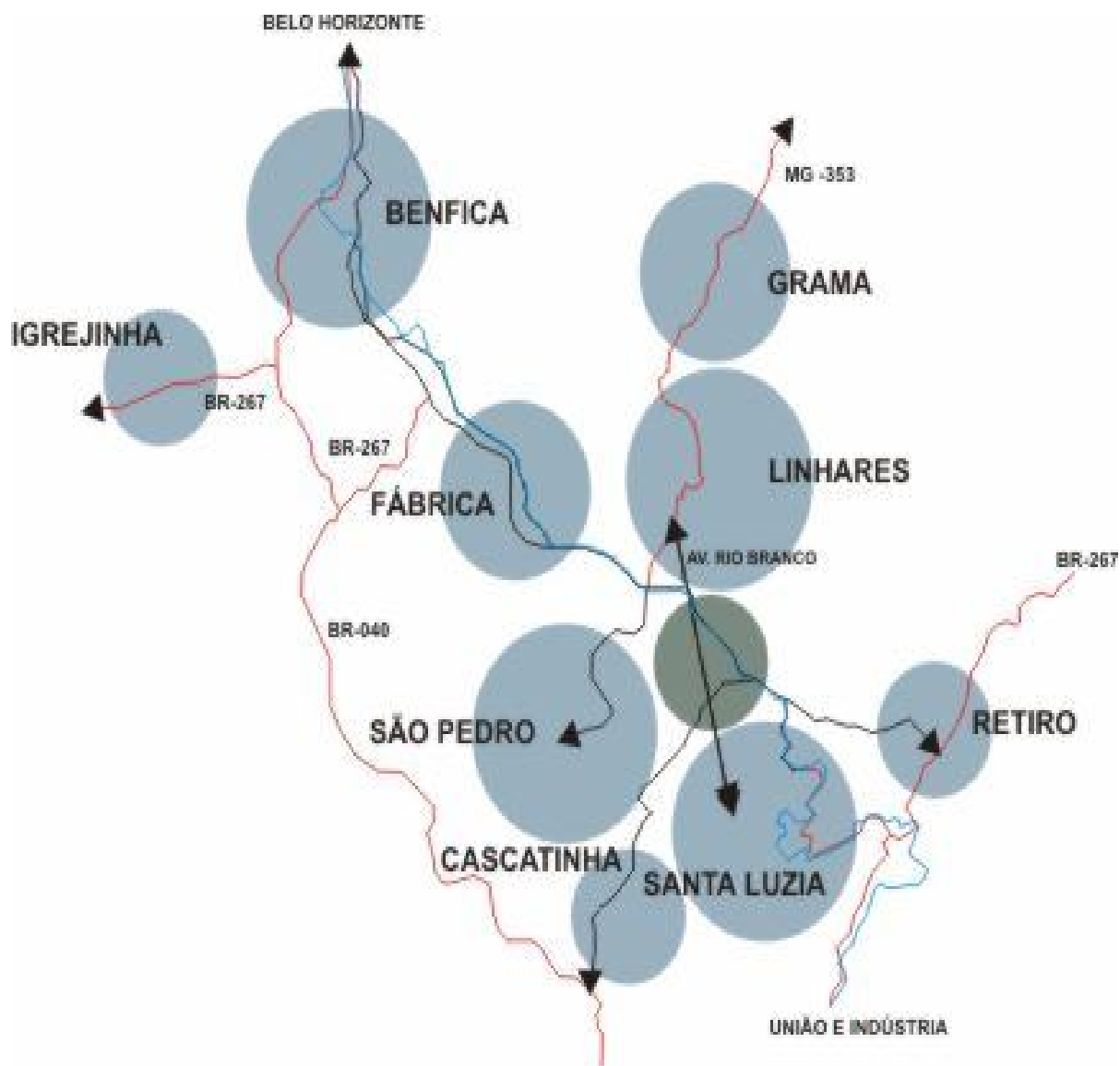
Um marco histórico importante da região, que representa a sua inserção na dinâmica da organização da cidade, é o estabelecimento da F.E.E.A, em 1937, estimulado pelo presidente da época, Getúlio Vargas. Essa foi a primeira das diversas indústriais que se estabeleceram na região. A partir disso, a população da região se multiplicou dado ao grande número de trabalhadores da fábrica que procuraram residir mais próximo do trabalho, devido a uma distancia considerável entre a região e o centro da cidade.

Ao longo de sua história a região foi alvo de importantes intervenções das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal), como a isenção de impostos e investimentos em infraestrutura – como exemplo pode-se citar a duplicação da avenida Juscelino Kubitschek (principal via de acesso à região) – no sentido de consolidá-la enquanto Zona Industrial do município.

A implantação dos Distritos Industriais I e II, a partir da década de 1970, é um outro importante exemplo dessas intervenções, que objetivavam “reafirmar a vocação industrial” da região, tendo sido instalados os mais complexos ramos industriais: Paraibuna de Papéis (Parapolpa), Becton Dickinson, Facit, Dental Duflex, White Martins, Master, dentre outras, localizadas ao longo do eixo do Rio Paraibuna / RFFSA/ Av. Juscelino Kubitschek.

Essa RP tem sofrido um processo de expansão bastante intenso, sendo considerada um dos vetores de expansão da cidade. Sobre essa RP o Plano Diretor afirma que “está se caracterizando como a que apresenta o maior potencial para expansão urbana, tanto do ponto de vista populacional quanto para o industrial”. (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juiz de Fora, 1998).

MAPA 3: VETORES DE EXPANSÃO DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA



Fonte: Plano Diretor de Juiz de Fora, disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br>

No último censo, realizado pelo IBGE no ano de 2000, registrou-se que a população da Região de Benfica chegou a 18111 habitantes, sendo aproximadamente 52% composto por mulheres. A pirâmide etária demonstra que a faixa que compreende dos 35 a 50 anos agrega a maior parte da população, com

27%, seguida da faixa que engloba dos 20 aos 25 anos, com 26 %. No ano de 2000, 74% da população estava empregada.

Um dado extremamente relevante sobre essa população diz respeito à propriedade do imóvel que ocupam: 53% residem em casa própria, o que pode ser explicado pelos processos de mutirão de autoconstrução. As residências possuem em média de 3 a 5 moradores (47%) com renda familiar média de cinco salários mínimos, sendo considerada, comparativamente a outras regiões da cidade, uma renda de nível médio. Essa população está distribuída por 881,12 hectares. Ou seja, uma densidade de 20,6 habitantes por Km. Segundo a Secretaria de Gestão e Planejamento Estratégico (SPGE) essa é considerada uma baixa densidade.

Essa baixa densidade pode ser demonstrada pela estrutura de consumo de energia elétrica, já que apenas 29,4% da energia é consumida por residências, sendo 9,5% pelas atividades comerciais e de serviços e o restante, 61,1% do total pelas indústrias. Se considerarmos que os clientes especiais (as grandes indústrias) não têm seu consumo computado nessa análise, poderemos inferir que esses números são ainda mais elevados.

Em relação a infraestrutura da região, observa-se que quase todo o itinerário dos ônibus e boa parte das demais vias possuem pavimentação asfáltica. Como no restante do Município, embora de forma menos significativa, em alguns bairros o acesso às partes mais altas se faz através de vias estreitas e com altas declividades.

A RP, segundo o plano diretor do município, possui boa infra-estrutura de abastecimento de água, coleta de esgoto e de serviços de limpeza pública. Em contraponto a esses níveis satisfatórios de infraestrutura, existe grande déficit de equipamento de lazer e esporte, tornando sua imagem urbana pouco atrativa e dificultando a convivência da comunidade.

Além disso, a região é atendida por apenas três Unidades Básicas de Saúde, localizadas nos bairros de São Judas Tadeu, Santa Cruz e Vila Esperança e para o

atendimento de emergência, conta apenas com a Policlínica Benfica. Somando-se a isso à distância do centro, onde se localizam os principais hospitais, pode se considerar que o acesso ao atendimento médico pela população é precário.

Em relação à educação, somente os bairros de São Judas Tadeu, Vila Esperança II, Ponte Preta e Benfica, possuem escolas municipais - que atendem da primeira a quarta série do ensino fundamental -, e as cinco escolas estaduais da região estão concentradas no bairro de Benfica. Isto demonstra uma má distribuição do serviço educacional, já que esses alunos precisam pagar passagem (o que representa um gasto significativo para essa parcela da população) ou realizar o percurso até as escolas andando (sendo esta uma grande distância).

2.3 A construção da IMBEL como marco na formação da região operária

Neste tópico será explicitada a importância da F.E.E.A na constituição da região de Benfica. Esta indústria se constitui em um marco na delimitação da área industrial por ser a primeira a se instalar na região periférica da cidade, apontando para a tendência de retirar as fábricas da região central da cidade e constituir uma região industrial.

Além disso, esta fábrica marca os limites da região industrial, pois é a partir dela - como foi demonstrado no tópico anterior - no sentido centro/zona-norte que irão se estabelecer as outras fábricas e as residências dos operários. Simbolicamente ela representa tanto histórica quanto geograficamente a fronteira da região industrial do município.

Dois movimentos simultâneos de industrialização e de fortalecimento das

forças Armadas se constituem os sustentáculos da criação, em 1933 da Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia (F.E.E.A), que seria encarregada da produção de estopilhas para bombas e aviões e do carregamento dos estojos e projéteis de artilharia e bombas de aviação, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Após a revolução de 1930, que teve como consequência a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, o cenário econômico nacional começa a apresentar sinais de intensificação de uma industrialização que havia se iniciado, de forma embrionária, no Segundo Império. O consenso entre historiadores econômicos aponta a década de 1930 como marco inicial do processo de substituição de produtos importados pela produção interna, pois, ainda que o mesmo tenha sido iniciado décadas antes, esse processo ganha fôlego devido a dificuldade de importação decorrentes da crise de 1929, que levou ao enfraquecimento do setor industrial nos Estados Unidos e Europa.

Concomitante a este processo, o Governo demonstrava preocupação no sentido de conceder maior autonomia em termos de equipamentos militares para as Forças Armadas, até então incipiente e vulnerável. Essa preocupação se justifica, no contexto nacional por ser o Estado Novo uma forma de governo autoritária que tinha em suas bases o uso da força militar como forma de coerção e no contexto internacional por ser um período situado entre o fim da primeira grande guerra e tensões que prenunciavam o início da segunda, momento que incitava as nações a modernizarem seus exércitos.

No ano de 1934, é homologado um decreto que transfere a F.E.E.A para a cidade de Juiz de fora, o que é possibilitado pela doação de terrenos públicos da prefeitura municipal para o Ministério da Guerra, objetivando a construção tanto da Fábrica quanto da infra-estrutura necessária para a recepção de seus trabalhadores. Mas as intervenções do Poder Público Municipal foram além da doação de terrenos, arcando a prefeitura com todas as despesas para a construção e distribuição gratuita de água.

O processo de construção só foi concluído em 1938, quando a F.E.E..A deixa de ser administrada pelo Conselho de Administração e passa a se constituir como uma Organização Militar, regida diretamente por agentes diretores militares.

Nas fotos que seguem podemos visualizar a área construída da fábrica (fotos 2 e 3), assim como toda a extensão do terreno da F.E.E.A. Deve-se considerar que o terreno onde estão construídas as vilas, as escolas e o clube também pertence a empresa, da mesma forma que a vasta área desocupada a sua volta. Este terreno é cortado pela Avenida J.K e pelos trilhos da RFSA.

Imagem 2 : Vista aérea da área construída da F.E.E.A



Disponível em: www.wikimapia.org

Imagem 3: Extensão do terreno da F.E.E.A



Disponível em <http://wikimapia.org>

No ano seguinte a F.E.E.A sofre a primeira mudança de nome, passando a se chamar Fábrica Juiz de Fora (F.J.F), porque o Governo considera que é mais seguro não determinar na nomenclatura da fábrica que tipos de produtos bélicos ela produz.

Nesse período inicial, a produção da Fábrica Juiz de Fora era bastante intensa e o trabalho acontecia durante vinte quatro horas, produzindo por semana aproximadamente quarenta toneladas de munição, que em sua maioria era exportada para a Europa. O número de funcionários chegou a 1200, que nesse período eram em sua maioria civis contratados para trabalhar na indústria.

Por essa razão, tão importante quanto à construção da estrutura da fábrica, era a construção da estrutura para receber os funcionários e seus familiares. A quantidade de produção demandava que os funcionários residissem próximos à fábrica e para tanto foram construídas três vilas operárias – uma delas curiosamente leva o nome de “vinte e quatro horas”, em uma referência ao tempo em que as casas dessa vila demoraram a serem construídas devido à urgência de alojar seus funcionários – e terrenos nas proximidades foram cedidos para que os trabalhadores construíssem suas moradias – no que depois ficou conhecido como bairro Araújo.

Inicialmente as casas das Vilas eram oferecidas aos trabalhadores com maior nível de especialização, que, em grande parte vinham de outras cidades e precisavam se estabelecer em Juiz de Fora. Como a região não possuía estrutura para receber tantos novos moradores, e a distância para a região central da cidade é considerável, a própria fábrica teve que oferecer alguns serviços.

Dessa forma, a Fábrica Juiz de Fora foi responsável pela construção de duas escolas⁷, pela fundação do Clube dos Funcionários (chamada de ABCR), pela instalação do Cine-Teatro Auditorium, o posto médico e a lavanderia. Além disto, a ocupação da região pelos funcionários e seus familiares fez com que algumas outras fábricas menores, como de tijolos, telhas e de queijos, se instalassem na localidade. O comércio também foi impulsionado por esse processo tendo se desenvolvido e fortalecido. Muitas outras pessoas vieram para a região trabalhar no comércio, nas pequenas fábricas e mesmo nas casas dos trabalhadores da F.J. F. Esses outros

⁷ Depois de erguidas as escolas foram doadas ao Poder Público, sendo uma Municipal, que oferece ensino fundamental e básico e a outra Estadual, que oferece ensino médio.

trabalhadores se instalaram um pouco mais afastados da Fábrica, na localidade que posteriormente se chamaria “Vila Esperança”.

A fábrica de Juiz de Fora impulsionou o crescimento da localidade em que se instalou levando para lá seus trabalhadores, diversos tipos de serviços e infraestrutura. As casas construídas para seus trabalhadores nas vilas de operários possuíam boa estrutura, cômodos amplos e sistema de água e esgoto, o colégio se localizava (e se localiza até os dias de hoje) exatamente ao lado das vilas, além do cinema e do comércio. Mas se ainda assim algum de seus funcionários precisasse se dirigir ao centro da cidade, os ônibus da Fábrica se encarregavam de transportá-los.

Os funcionários se sentiam orgulhosos de trabalhar na F.J. F, que freqüentemente era descrita como uma grande família. O Sr. Filinto de Andrade, que trabalhou na Fábrica durante cinqüenta anos declarou em entrevista⁸ que “Éramos os soldados da retaguarda: não estávamos na guerra, mas produzíamos para ela. O sentimento de serviço à pátria era muito forte”. Trabalhar na Fábrica dotava seus funcionários de credibilidade na cidade, declara o Sr. Filinto que “Era só mostrar a carterinha que o acesso era fácil. Funcionário da F.J. F era muito considerado: Tinha emprego de alto nível e ganhava bem”.

Na década de 1960, outras duas importantes indústrias se estabeleceram na região: a Mendes Junior e a Paraibuna atraindo ainda mais moradores e comerciantes. Nesse período o setor de serviços se fortalece ainda mais na região e por essa razão alguns dos serviços oferecidos pela Fábrica foram lentamente desativados.

Em meados de 1975 a Lei 6227 cria a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) e extingue todos os estabelecimentos fabris do exército transferindo-os para a IMBEL. Na prática ocorre uma mudança na estrutura da organização, acabando com a Organização Militar, que dirigia a fábrica e instituindo a Superintendência que passa a ter essa função.

Em 1984, a IMBEL passa por uma tentativa de privatização passando a se denominar ENGESA QUÍMICA S/A. Foi um período de grandes encomendas para

⁸ Entrevista concedida ao Jornal Panorama em 08 de agosto de 2004. Vide anexo 2, página 78.

exportação e um número considerável por parte do Exército Brasileiro. Máquinas e equipamentos modernos foram adquiridos proporcionando um progresso tecnológico, e o treinamento dos operários foi intensificado. A Guerra entre Irã e Iraque, entre os anos de 1980 e 1990, elevou, consideravelmente, as exportações com a fabricação de munições especiais com dispositivo para evitar o uso equivocado por dificuldades com a língua.

Entretanto na década de 1990 a situação da ENGESA se modifica drasticamente com a estagnação que se abateu sobre todo o complexo industrial militar brasileiro. As encomendas diminuíram consideravelmente e a produção estancou. Por isso em 1992 a IMBEL readquiriu os bens operacionais que haviam sido privatizados e no ano seguinte a ENGESA abre concordata. Os funcionários da ENGESA QUÍMICA foram todos demitidos e somente os aprovados em concurso público passam a ser contratados para trabalhar nesta nova fase da IMBEL.

O quadro de funcionários que no início correspondia a 1200 pessoas foi reduzido para aproximadamente 190 e no ano de 2005 o atraso nos pagamentos levou os trabalhadores a iniciarem uma greve. A IMBEL não conseguiu se recuperar da estagnação, embora receba encomendas do Exército Brasileiro e para exportação, mas certamente ainda é responsável pela dinâmica da região em que está localizada.

Capítulo III – A LOCALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA REGIÃO URBANA DE BENFICA

O Brasil conhece no decorrer do século XVIII o seu primeiro processo de urbanização que tem início com a atividade mineradora na região onde hoje é o estado de Minas Gerais. Esse processo, contudo, somente ganha expressão considerável quando aliado a um outro processo, este já em meados do século XIX – que por sua vez somente se estabelece a partir da terceira década do século passado – com as iniciativas privadas de homens como o Barão de Mauá: a Industrialização.

Durante a mineração do século XVIII, o país passa a ter o primeiro surto urbanizador, não só na região mineradora propriamente dita mas nas demais regiões do país, sobretudo, nas regiões próximas a Minas Gerais (com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo). Isto porque, devido as próprias características da atividade mineradora, foi possível estabelecer um embrionário mercado interno para abastecer a região.

As áreas urbanas do país continuaram a crescer (no espaço geográfico, nos serviços e no contingente populacional) durante todo o século seguinte. O Brasil, ainda assim continuava a ser um país essencialmente rural, tanto na desproporção populacional quanto na política econômica oficial que continuava a privilegiar a agricultura exportadora.

A partir da década de 1930, entretanto, houveram diversas políticas econômicas que visavam industrializar o país nos moldes capitalistas. Ainda assim, só podemos considerar o Brasil um país industrializado ao final da década de 1950. A culminância destes dois processos, altera a organização espacial das cidades brasileiras, e, como vimos, origina diversos planos, projetos e políticas que objetivavam configurar essas cidades de acordo com a dinâmica industrial.

Nesse momento histórico, as vilas operárias surgem como uma alternativa - baseada na iniciativa privada - de moradia para a classe operária que ganha força

em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Neste capítulo buscaremos demonstrar como as vilas operárias tiveram um papel determinante no processo de espacialização da classe trabalhadora.

Na cidade de Juiz de Fora, como veremos adiante, apenas uma fábrica construiu vilas para seus trabalhadores, e essas vilas foram responsáveis por intensas alterações na região em que foram instaladas.

3.1 As Vilas Operárias

Nas décadas finais do século XIX, transformações econômicas e sociais propiciaram, em algumas cidades brasileiras, as condições necessárias para a industrialização e o desenvolvimento urbano.

(...) a industrialização vai redefinir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria. (Oliveira; 2000 : 38)

Essa industrialização ocasionou algumas modificações na organização e estruturação dessas cidades, especialmente, pela constituição de uma crescente classe operária urbana. Isto porque a implementação das industriais levou, em maior ou menor grau em cada cidade, a imigração de pessoas vindas das áreas do campo para trabalharem nas novas fábricas.

O crescimento demográfico decorrente deste processo não veio acompanhado de planejamento urbano e o problema habitacional para esta classe emergente se coloca como questão central na organização destas cidades. Torna-se necessário definir o lugar dos trabalhadores no espaço das urbes, ainda que em um primeiro momento essa problemática não apareça na ordem do discurso público.

Os trabalhadores recém chegados nas cidades tomam, inicialmente, os lugares que são destinados a eles através da valorização-desvalorização dos lotes e

habitações. A eles couberam as áreas menos valorizadas e com menor infra-estrutura, ficando as melhores localizações para os mais abastados. Morangueira (2006) exemplifica expondo a situação de São Paulo e afirma que:

(...) enquanto os bairros ricos ocupavam a parte alta, como Higienópolis, os pobres ocupavam a parte baixa, próximas as várzeas, constituindo os bairros operários. As zonas operárias englobavam de operários a pessoas tidas como 'marginais' (...) e eram sujeitas a inundações periódicas. (MORANGUEIRA; 2006 : 14).

A habitações destinadas aos pobres não possuíam infraestrutura básica como água encanada e esgoto, o que imputava a seus moradores o estigma de sépticos e sem higiene. Tais habitações eram, no discurso das autoridades políticas e da própria imprensa, responsabilizadas pela propagação de epidemias e a degradação paisagística das cidades. Relatórios de técnicos endossavam essa visão. Como pontua Morangueira,

Os pareceres de médicos e engenheiros do Rio de Janeiro em fins do século, apontavam os hábitos e os modos de vida das camadas pobres não só como responsáveis pela propagação de epidemias mas como locais relacionados a criminalidade. (MORANGUEIRA; 2006 : 19)

A preocupação com a questão habitacional começa a tomar força - devido aos surtos epidêmicos que assolavam o país - com um viés sanitaria, pois as habitações destinadas ao proletariado eram tidas como foco de transmissão de doenças. Logo, a preocupação em “reformular” a moradia dos pobres começa a ser introduzida nos discursos das autoridades políticas e médicas que juntamente com o empresariado e a imprensa, começam a incentivar uma moradia ideal para o operariado.

Esse tipo de reforma urbanística, capitulada pelo viés sanitaria, certamente, constitui-se como um exemplo do que Harvey, denomina de “gentrificação”, tendo em vista que a “modernização” das cidades se centrou na política de expulsar a população pobre das regiões centrais, para locais mais distantes, deixando os grandes centros livres para a valorização imobiliária e a circulação de capitais.

Assim, nas primeiras décadas do século XX as “vilas operárias” surgiram como modelo privilegiado de reforma de habitação do pobre urbano. Isto porque as

vilas operárias definiam-se como padrão de moradia oposto ao das favelas e dos cortiços - que passaram a tomar conta dos cenários das cidades urbanizadas - supondo ordem e decência. O termo sugere casas salubres e dotadas de ordem interna, que se distinguia da falta de espaço, higiene e decência atribuída à casa dos pobres urbanos.

A proposição dessas “Vilas” foi cercada de muitos debates especialmente acerca da responsabilidade pela construção delas. O poder público tomou iniciativas no sentido de estimular o setor privado a construir as “Vilas” próximas as suas fábricas e em regiões pouco habitadas. Dessa forma, se resolveria a questão da saúde, controlando-se a proliferação de doenças, ao mesmo tempo em que livraria os centros urbanos das habitações do operariado e povoaria essas regiões distantes, minando os vazios urbanos.

Por parte da classe trabalhadora, estabeleceu-se um paradoxo: se por um lado às vilas operárias sujeitavam os trabalhadores aos interesses patronais, de outro significava residir próximo ao trabalho e ter uma casa com certos padrões de infraestrutura e salubridade, por preços relativamente mais baixos que os aluguéis convencionais. Por essas razões, o operariado de algumas fábricas também reivindica a construção de “Vilas” como forma de suprir suas demandas por habitação.

Na visão da classe capitalista, a construção de “vilas operárias” trazia algumas vantagens ao estipular uma forma de dominação que extrapola o âmbito da produção, alcançando a vida privada do trabalhador. Baseando-se em uma unidade entre a reprodução da força de trabalho e o processo de produção. Como esclarece Keller, o trabalhador é

simultaneamente inquilino do imóvel que pertence à fábrica e usuário da rede de serviços (armazém, armarinho, posto de saúde, farmácia, escola, clube social, capela) que funciona dentro do complexo fabril, transformando o que seria uma simples relação patrão/empregado em um relacionamento complexo. Isto sem esquecer do intercâmbio das relações que fluem entre cada aparato institucional que integra a rede de serviços do espaço doméstico, não havendo um limite rígido entre ambos. (KELLER, 2005 : 3)

Vários tipos de “Vilas” surgiram, desde as mais simples, que se constituíam

somente pelas casas dos trabalhadores, até as vilas-cidadelas, que ofereciam os mais diversos serviços aos moradores. Essas vilas foram construídas em locais bem distantes da região central e exigiam que fossem instaladas toda a infraestrutura básica, como escoamento de esgoto, iluminação e água encanada. Na cidade de São Paulo, por exemplo, esses locais ficavam há aproximadamente quinze quilômetros do centro.

Para atrair a população, não bastava, portanto oferecer apenas a casa, era necessário investir no desenvolvimento comercial da região. Existem casos de fábricas que nas proximidades das vilas, instalavam também clubes, cinemas e igrejas.

3.2 – A região urbana de Benfica e a localização do trabalhador na cidade

Para a realização do trabalho de campo, o primeiro passo se constituiu na busca por pessoas que possuíssem informações relevantes sobre a região. Nesse ensejo, entramos em contato com o Sr. Wanderley Tomas que, além de grande conhecedor da região por ser nascido e criado por lá, possui uma extensa biblioteca⁹ com um acervo voltado para a história de Juiz de Fora e, mais especificamente, para o bairro de Benfica. Nesta biblioteca são encontradas raridades como livros antiqüíssimos e jornais da época em excelente estado de conservação.

A história do bairro parece estar toda contada naqueles documentos, desde a época em que era uma grande fazenda voltada para a agricultura até a chegada das grandes indústrias e as transformações que elas trouxeram. Os jornais da época mostram as fotos da construção dessas indústrias, da visita do Presidente Juscelino Kubitschek ao canteiro de obra do distrito industrial, relatam o drama dos envolvidos na explosão da IMBEL em 1944 e vão aos poucos demonstrando a riqueza da história obscurecida de um bairro. Um mergulho por todos esses documentos, fotos

⁹ Esta biblioteca se localiza no centro do bairro de Benfica, em um espaço que o Sr. Wanderley aluga para disponibilizar aos moradores e visitantes todo o material que possui.

e textos nos faz perceber como a região protagonizou momentos tão importantes para toda a cidade de Juiz de Fora.

Através do Sr. Wanderley conhecemos um jovem recém formado em jornalismo, Fernando Rocha, que, entusiasta da história do bairro, estava produzindo um documentário sobre o local, ou mais especificamente sobre os moradores do local. Fernando mostrou-se um grande conhecedor da construção de Benfica e da região, tendo feito uma vasta pesquisa sobre a temática.

Em seu documentário, Fernando dividiu a história da região de Benfica em três momentos. O primeiro momento diz respeito à chegada da primeira grande manufatura à região, a FEEA. Como vimos anteriormente, a FEEA trouxe com ela a infra-estrutura necessária para que se estabelecesse ali a residência de seus operários e sua construção de caracteriza como um marco entre a ocupação rural da região e a sua industrialização. Isso porque a FEEA trouxe com ela a infra-estrutura necessária - não só eletricidade, água e esgoto, como também as condições para que os trabalhadores se estabelecessem nas proximidades – para que as demais indústrias também se deslocassem para o eixo paraibuna.

O segundo momento diz respeito à chegada das fábricas Mendes Junior e Paraibuna Metais, em que há uma onda de crescimento populacional da região ocasionado pela grande oferta de empregos. A relação das fábricas com os operários não é a mesma da fase anterior, pois elas não oferecem casas, terrenos ou serviço aos seus funcionários.

Na década de 1980, com o fim da Guerra entre Irã e Iraque, e a perda de recursos que tal guerra representou para essas indústrias, a oferta de empregos se reduziu drasticamente e muitos operários foram demitidos.

Outro movimento de fomento a indústria é a criação do Distrito Industrial, que aglomera diversas manufaturas e traz novas possibilidades de emprego para os moradores da região além de atrair pessoas de cidades próximas. A criação desse distrito era um projeto da década de 1950, que contava com o apoio do Governo Federal. Na época, o então presidente Juscelino Kubitschek visitou o local da construção do distrito, que contava apenas com duas indústrias.

A idéia era centralizar as fábricas em um só lugar, que pudesse oferecer toda

a estrutura necessária e que fosse longe da região central da cidade. O distrito industrial só foi completamente inaugurado algumas décadas após o início de sua construção, em finais de 1980, início de 1990.

Em comum, esses três momentos têm a grande participação do Governo Municipal na viabilização da estruturação das fábricas, através da doação de terrenos, isenção de impostos, captação e distribuição de água e esgoto e construção de vias de escoamento da produção - tanto rodoviárias quanto ferroviárias.

Essas intervenções teriam o objetivo de impulsionar a suposta “vocação industrial” dessa região da cidade e, certamente, contribuir am para a constru o de um bairro de moradores majoritariamente operária, já que outra semelhança entre esses momentos   a atra o de uma grande quantidade de novos moradores para as proximidades das instala o das fábricas.

3.3 A Vila IMBEL

A partir deste prelúdio, torna-se evidente a importância da chegada da IMBEL, a primeira das fábricas, na constitui o da R.U de Benfica como uma região operária. Por essa razão, o trabalho de campo desta pesquisa se direcionou no sentido de conhecer a Vila Operária construída por esta fábrica, a Vila IMBEL. Trata-se de um conjunto de casas localizado em frente a IMBEL e a avenida Juscelino Kubitschek que são cedidas a trabalhadores desta fábrica. De fato, trata-se da conjun o de duas vilas de operários, a vila da IMBEL e a vila “vinte quatro horas ambas pertencentes   mesma fábrica.

Imagem 4: As vilas da fábrica IMBEL



Disponível em www.wikimapia.org

No primeiro dia de vista percebemos que ali não haveria problemas para a cessão de entrevistas, já que os moradores se mostraram simpáticos à idéia e bastante receptivos. A única ressalva é em relação a fotos, pois segundo as palavras de um dos moradores “Tem que tirar foto? Foto a empresa não deixa, mas falar pode” (sic).

Nesse primeiro contato, no qual não havia um instrumento específico de coleta de dados, procuramos coletar o máximo de informações sobre aquelas vilas e suas relações com a fábrica. Entretanto, o que mais chama a atenção é o grande barulho causado pela movimentação constante dos trens da ferrovia em frente e de

carros que passam pela avenida JK. Um dos moradores informou que “é pra levar a produção, parece que é uma encomenda para China” (sic). E quando perguntada sobre o possível incomodo causado pelo barulho, outra entrevistada afirma que “depois se acostuma, o chato é só quando eles (os maquinistas) forçam a buzina de madrugada parece que só pra acordar a gente no meio da noite” (sic).

O passo seguinte foi a elaboração do formulário de entrevista, construído com questões abertas que possibilitassem ao entrevistado contar sua história de vida, abordando três eixos temáticos: sua origem e chegada na região; sua relação com a fábrica; sua relação com o bairro. Dessa forma, as questões indagavam basicamente sobre sua procedência, a escolha do bairro para morar, as condições do bairro à época em que passou a residir por lá e as modificações sofridas, a vinculação que possui com o centro da cidade, o trabalho realizado na fábrica, as influências da fábrica no cotidiano familiar, e a participação em movimentos políticos.

Aquela senhora tinha razão, nas visitas subseqüentes o barulho dos trens se torna imperceptível, embora os mais atentos possam ouvir suas buzinas a cada exatos dez minutos.

Durante todo o trabalho foram coletadas dez entrevistas quatro com mulheres e seis com homens O que corresponde a 62,5 % do total de 16 famílias residentes na Vila principal. Todos ainda trabalham na fábrica, especialmente porque esta é uma condição para residir na vila, estar ativo na IMBEL. Aqueles que se aposentam e se desligam da fábrica têm que deixar as casas para que outros trabalhadores possam ocupá-las, sendo essa uma das razões apontadas pelos entrevistados para quererem se mudar das residências e adquirir a casa própria.

As casas são compostas por dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma varanda e as modificações em sua estrutura não são permitidas pela empresa. Na parte da frente da vila há um espaço amplo em que nos domingos ensolarados vêem-se as crianças brincando, os rapazes jogam futebol e as mães passeando com seus filhos.

Nas escolas¹⁰ que se localizam a poucos passos da vila, estudaram os filhos

¹⁰ Municipal e Estadual que, como dito anteriormente, foram construídas pela fábrica e cedidas para os órgãos governamentais.

de todos os entrevistados e o clube ABCR que também se localiza a alguns metros é palco de festas mensais organizadas pela empresa, além de oferecer lazer como piscina e quadra de esporte. A maioria dos entrevistados declarou freqüentar as festas da empresa afirmando que esse é um momento de integração entre os funcionários.

Imagem 5: Localização das Escola



Disponível em www.wikimapia.org

Imagem 6:Complexo composto pela vila IMBEL, o clube ABCR e as escolas



Disponível em <http://wikimapia.org>

Nesta imagem (imagem 6), retirada de satélite, podemos ver no círculo alaranjado a área construída da fábrica da IMBEL, o círculo preto engloba a vila residencial e logo ao lado, no círculo vermelho situam-se as escolas municipal e estadual construídas pela fábrica. O Clube ABCR se localiza na parte superior da imagem, envolvido pelo círculo amarelo. Como podemos ver, a distância entre esses lugares é bem pequena, sendo que da saída da vila até a entrada de fábrica contam-se 326 metros.

A linha azul na figura representa a linha de trem, por onde é escoada a produção da IMBEL, na parte superior da linha de trem, fica o “acesso norte”, que passa pelo entorno da fábrica. A outra estrada que aparece na imagem é a avenida J.K, a principal via de acesso à zona norte.

Os operários pagam o valor de dezessete reais para terem direito à moradia, o que foi avaliado pelos entrevistados nessa pesquisa como um valor baixo, considerando o benefício de se morar próximo ao trabalho. Sendo esta razão, a proximidade de trabalho, a mais apontada entre os motivos para residir na vila.

Isto porque, dos dez entrevistados, apenas um não é natural de Juiz de Fora e se mudou para a cidade quando passou no concurso para trabalhar na IMBEL, indo morar inicialmente no bairro de Benfica, por ser próximo ao novo trabalho e se mudando para a vila assim que surgiu vaga em uma das casas. Entre os outros nove entrevistados as histórias são parecidas, pois todos já residiam nas proximidades da fábrica, ou por já trabalharem na IMBEL antes de morar na Vila, ou porque seus pais eram trabalhadores de alguma das fábricas da redondeza.

Neste ponto, tem-se um dado interessante sobre a formação do bairro, já que grande parte dos entrevistados, declara que foi morar na região de Benfica, pois seus pais eram operários de uma das fábricas que se instalaram no local, e mesmo aquele entrevistado vindo de outra cidade lá se instalou por conta do trabalho. Este dado aponta para a cultura operária instalada no local, onde uma geração após a outra assume os postos de trabalho nas indústrias e organiza sua vida, em torno

deste trabalho. Nesses casos, a localização do trabalho mostrou-se central na vida do trabalhador motivando, por exemplo, a escolha pela moradia, que irá determinar diversas outras formas de socialização, como a escola dos filhos ou o clube, e acaba por determinar o lugar destes trabalhadores na cidade.

Nesse sentido, cabe ressaltar a mudança de perfil dos moradores da Vila ocorrido da sua fundação para os atuais residentes. Quando criadas todas as três Vilas eram destinadas a funcionários com níveis mais elevados de especialização, em especial àqueles que vinham de outras cidades, já que a fábrica exigia um tipo diferenciado de qualificação por produzir armamentos bélicos. A mão de obra menos qualificada não tinha acesso a esse tipo de moradia, indo se instalar em terrenos cedidos pela fábrica mais um pouco mais distantes, de forma que os próprios moradores deviam construir suas casa. Atualmente, todos os moradores da Vila exercem funções menos especializadas, como segurança, operador de maquinário, estocador ou operador de produção.

Dos entrevistados, o que mora a menos tempo nas casas da Vila, esta lá há cinco anos, o que aponta para um baixo índice de rotatividade, já que a maioria esta lá em média há dez anos, havendo uma família que reside na mesma casa há vinte anos. Todos os entrevistados apontam inúmeras vantagens de sua residência, como morar próximo ao trabalho, ter escolas muito perto e um clube com diversas atividades recreativas nos arredores. Um dos entrevistados declarou que em sua opinião:

“essa casa é uma ajuda que a fábrica dá. Na verdade é isso, uma ajuda. Porque paga baratinho e mora em frente, pertinho. Tem a água, só paga a luz. Não tem aluguel barato assim né? Então eu acho que é isso: uma ajuda” (sic).

Outra grande vantagem apontada pelos moradores é a segurança da região. A imagem de um bairro tranquilo é unânime entre os entrevistados, que afirmam que o fato de suas residências se localizarem em uma área militar contribui bastante para esta tranquilidade. Nas palavras de um entrevistado:

“Aqui todo mundo respeita né, é uma área militar, ninguém mexe. Mas a fábrica também garante a tranquilidade né, coloca carro da segurança pra ficar rodando a noite toda” (sic)..

O curioso é que nove dos entrevistados declaram que têm planos de sair da casa da Vila no futuro. Ou seja, embora todos declarem maravilhas sobre a Vila, quase todos desejam sair de lá. Uma possível explicação para tal contradição pode estar no sentido da propriedade. Os trabalhadores não se sentem donos de suas casas e sabem que se pararem de trabalhar terão que deixar aquelas casas. Segundo a declaração de um dos entrevistados:

“eu sei que tá precisando de uma reforma (a casa), mas desanima sabe? Eu vou, gasto dinheiro, sei lá quanto, ai fico aqui um tempo, sei lá dois anos, ai a fábrica pede a casa, pode acontecer, sei lá. Ou então fali (a fábrica)? O bom é ter sua casa, sua mesmo, porque você sabe que é sua e ninguém tira, pode até ficar para os filhos” (sic).

Outro fator que possivelmente contribui para o desejo de sair das casas da Vila é o relacionamento com os vizinhos. Aparentemente, os dados não indicam nenhum grande problema: Dos dez entrevistados a metade declarou ter excelentes relações com a vizinhança e a outra metade afirmou ter problemas de convivência. Mas no decorrer das entrevistas, mesmo aqueles que declararam não ter problemas, demonstram que o relacionamento entre os moradores da Vila é bastante complicado.

Um exemplo disto é o caso apresentado por um entrevistado que declarou:

“Minha esposa me deixou, foi embora com meus filhos me dizendo que só voltava para mim se eu fosse embora daqui. Ela não agüentou morar aqui. Teve uma briga grande com o pessoal ali do lado e quis ir embora, voltou para casa da mãe. Falou assim mesmo que me amava mais que não podia morar aqui. Por isso, assim que der eu vou embora daqui refazer minha família. Mas por enquanto tá difícil. Por ai você vê como são as coisas aqui”.(sic).

Há ainda afirmações que indicam para uma forte divergência religiosa:

“Aqui em casa nos louvamos a Deus e isso incomoda o pessoal. Só tem mais três casas aqui que seguem Jesus (o entrevistado cita o nome dessas pessoas) o resto é tudo laranja podre mesmo, e arranja confusão com a gente. Reclama da música, mas fica ouvindo essas coisas que a gente também não gosta. O pessoal daqui só Jesus mesmo, não tem jeito”.

Algumas declarações são mais amenas, mas também dão pistas do clima na Vila:

“Amiga aqui eu só tenho duas (a entrevistada cita o nome dessas pessoas), só freqüento a casa delas. Mas o resto das pessoas eu cumprimento né fazer o que, mas fico no meu canto não dou trela para não dar confusão. Tem um pessoal muito encrenqueiro aqui”.

Possivelmente outro fator de incomodo para os moradores é a possibilidade de ser chamado para trabalhar fora de seu horário, justamente por morar próximo a fábrica. Os entrevistados relatam que isto não é muito comum, mas que acontece especialmente quando há muita demanda de produção. Percebe-se que essas chamadas emergenciais ocorrem em maior ou menor grau dependendo da atividade exercida dentro da fábrica. O entrevistado que exerce a função de segurança, por exemplo, é chamado sempre que ocorre algo fora do comum nas cercanias, como acidentes de trânsito ou brigas.

Entretanto, nenhum dos entrevistados apontou a distância do centro da cidade como um fator negativo de se morar na Vila. Este dado se mostra significativo para a compreensão da relação desses moradores com a cidade. Todos os moradores entrevistados declararam que não sentem necessidade de se deslocar ao Centro da cidade freqüentemente. Eles afirmam que dispõem no próprio bairro dos serviços de que necessitam, como bancos, casas lotéricas, lojas, supermercados e médicos. As idas ao Centro ocorrem, esporadicamente, para a resolução de problemas bem específicos, como ir a alguma empresa que não possua outro posto de atendimento, como a CEMIG ou a TELEMAR, (as mais citadas nas entrevistas).

“Ir no Centro mesmo não precisa quase nunca, é muito raro. Aqui no bairro tem tudo, Benfica se desenvolveu muito. Só quando tem que negociar na Telemar ou comprar algum eletrodoméstico nas Casas Bahia. Ih mais isso é raro” (sic).

Nesse quesito, percebe-se uma divisão sexual bem definida: os entrevistados sempre declaram que são as mulheres que vão à região central da cidade, e as mulheres entrevistadas afirmam que seus maridos nunca vão ao Centro deixando para elas essa função, como fica claro nesse dois depoimentos:

“Eu não gosto daquilo lá não, é muito tumulto. Quando tem que fazer alguma

coisa naqueles lados é minha esposa que vai. Eu não gosto daquele tumulto não” (sic).

“Ih, eu não vou lá é nunca. Não tem para que não, minha esposa vai às vezes, se precisar. Mais eu não gosto mesmo”.

São elas também que declaram aproveitar essas idas para passear no shopping e se atualizar sobre a moda ou ainda comprar artigos variados, diferentes daqueles oferecidos no bairro. Nas palavras de uma delas:

“Quando tem que ir lá fora (no Centro), aí eu aproveito. Passeio bastante, gosto de ver as coisas diferentes sabe? O problema é que o comércio daqui tem sempre as mesmas coisas, lá na cidade (o centro) não, tem umas coisas que o pessoal daqui não tem” (sic).

Somente um dos entrevistados citou a Universidade como uma das razões de deslocamento. Isso porque sua filha faz faculdade na UFJF e se locomove todos os dias uma distância considerável, da qual ela reclama muito. Esse entrevistado afirma que

“tinha que ter um campus mais perto, pra quem mora aqui. Minha filha fica cansada, ela tem que acordar muito cedo. Isso que falta aqui sabe. Se você termina de fazer a escola e quer estudar mais, fica muito longe. Desestimula os meninos a continuar estudando” (sic).

Ressalta-se que entre os outros nove entrevistados nenhum declarou que seus filhos estejam cursando alguma graduação, embora muitos deles tenham filhos em idade de ingressar na faculdade.

Quando questionados sobre a intervenção do poder público na região, nenhum outro entrevistado citou problemas relacionados à educação, mostrando-se muito satisfeitos com as escolas oferecidas próximo a suas residências. A falta de hospitais ou outro problema relacionado à oferta de serviços de saúde também não foi questionada por nenhum entrevistado, o que pode ser explicado pelo fato de todas as famílias possuírem o plano de saúde oferecido pela IMBEL.

Nesse quesito, o que mais freqüentemente recebeu reclamações foi a limpeza pública e o asfaltamento, que segundo os moradores já foi prometido diversas vezes, mas nunca é concluído. Nesse trechos das entrevista essas reclamações

ficam evidentes:

“Eles sempre começam a fazer a capina desses matos aqui de frente, mas sempre param na metade e ficam um tempão pra voltar. Às vezes dá até bicho por aqui, mas parece que não adianta reclamar”

“Essa rua aí, desde que eu vim pra cá dizem que vão colocar asfalto e até hoje, olha só quanto tempo tem, não fizeram nada, o pessoal já até foi na Prefeitura, mas não dei jeito” (sic).

Um outro morador esclarece que:

“Tem vezes que dizem que essa parte aqui é toda é responsabilidade da IMBEL de limpar, por isso que não mechem em nada. Mas quando tem um Superintendente que reclama com eles, eles vão lá e fazem um pouco”.

O Superintendente inclusive, também reside nas proximidades da fábrica, não em uma das vilas, mas em uma casa exclusiva, construída do outro lado da avenida JK, exatamente ao lado da IMBEL. Essa proximidade com o Superintendente não é vista pelos entrevistados como uma forma de fiscalização de seu cotidiano, embora eles reconheçam que

“ele (o superintendente) acaba intervindo, quando tem algum problema aqui. Por exemplo, se tem problema com barulho, ou alguma reclamação, ou para falar com a Prefeitura. É quase um síndico.” (sic).

“ah, claro que muda um pouco, imagina o chefe morando tão perto, não é a mesma coisa. Morar na própria casa ia ser diferente, não precisa se preocupar tanto.” (sic)

“Imagina, não é problema nenhum, o Superintendente vem aqui em casa, visita a gente. Se você falta o serviço logo ele fala para alguém ver o que aconteceu. É muito perto da fábrica e ele (o superintendente) conhece todo mundo que mora aqui”.(sic)

Neste último relato podemos visualizar uma forma de controle do cotidiano que passa despercebida aos olhos de entrevistado. Certamente, as visitas feitas pelo Superintendente se constituem como uma forma de fiscalizar e disciplinar os trabalhadores, especialmente no que concerne às faltas.

Outra forma de controle diz respeito ao critério de seleção para os moradores

da vila. Como vimos anteriormente, as fábricas que possuíam vilas adotavam critérios diversos para selecionar os moradores de suas residências. Esses critérios envolviam o bom desempenho do trabalhador na indústria, ou seja, a sua docilidade no mundo do trabalho (Morangueira, 2006) e, certamente, excluía operários com participação em movimentos políticos reivindicativos. Não por acaso, portanto, dos entrevistados nesta pesquisa, nenhum participa ou já participou de sindicato ou qualquer outra forma de movimento social. Não só os próprios trabalhadores, como também seus familiares, não têm contato com esse tipo de organização, pois, nas palavras de um entrevistado:

“a gente paga a contribuição, porque é obrigatório, mas participar, ir lá eu não vou não. Aqui em casa ninguém nunca participou de nada disso não. As vezes o pessoal do sindicato (dos farmacêuticos, sindicato ao qual os trabalhadores da IMBEL são filiados) vai lá na porta falar as coisas, eu até ouço, mas não participo não.” (sic)

“Teve uma vez que teve greve na empresa. O pessoal tava bravo por causa das demissões, dos salários. Mas eu trabalhei, porque meu setor não podia parar ele explicaram lá, que tinha uns setores que não podiam parar. E eu já morava aqui, não ia contrariar né? Acho que eles nem conseguiram nada com isso não.” (sic)

Ao longo das entrevistas percebemos que morar na vila IMBEL estabelece formas de sociabilidade aos trabalhadores. A diversão, a educação, a vizinhança, a relação com o administrador da fábrica, as amizades, as inimizades, todos esses tipos de relações se estabelecem a partir da residência, que por sua vez, neste caso, está diretamente relacionada ao local de trabalho. Dessa forma evidencia-se a centralidade do trabalho na vida do trabalhador. As relações da esfera da produção ultrapassam os limites fabris imbricando-se na esfera da reprodução e o controle no que diz respeito ao trabalho torna-se também o controle da vida privada do operário.

Considerações Finais

Para a compreensão da formação de organização fragmentada da cidade, tomemos o pensamento de Milton Santos (1994), segundo o qual as cidades são corporativas e fragmentadas, divididas em espaços luminosos – que exprimem a máxima modernização - e espaços opacos – as periferias que representam a exclusão dessa mesma modernização. Isto porque as cidades são a representação material do modo de produção, e, portanto, excludentes.

Esta segregação socioespacial interfere diretamente nas possibilidades de habilitação e no exercício efetivo dos direitos à cidadania. A estrutura urbana expressa as desigualdades existentes em uma cidade ao acesso aos recursos materiais materializados no espaço urbano, em razão da localização residencial e da distribuição desigual dos equipamentos e dos serviços urbanos.

Harvey (1973) assinala que a dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social, como também se constitui como um mecanismo específico de reprodução das desigualdades. Para os países da América Latina, esta concepção da segregação socioespacial fundou o conceito de "espoliação urbana" utilizado por Kowarick (1980).

Tomando como referência a cidade do capitalismo fordista-industrial, podemos dizer que a segregação urbana foi em muitos países um mecanismo importante na formação da identidade de classes, como demonstrou Engels (1867). O bairro operário, ao mesmo tempo em que expressava a divisão social existente na sociedade, era a base da construção de uma identidade de classe.

A concentração socioespacial fundava-se na identidade do trabalho produzindo a moralidade necessária à autonomia dos indivíduos, assegurando a integridade física/segurança, possibilitando o surgimento de uma identidade coletiva de classe.

(...)os bairros organizados em torno de uma identidade profissional, nacional ou étnica, o compartilhamento de valores comuns e prática coletivas compensaram freqüentemente a precariedade das condições de existência. (Vidal, 1988: 59).

Nesse sentido, o bairro operário também significava uma forma de

"apropriação" da pelas classes trabalhadoras se constituindo um mecanismo de "resistência" ao processo de subordinação dos trabalhadores ao capital (Queiroz Ribeiro; 2003). Essa organização segregada da cidade concentra a classe trabalhadora em uma parte da cidade e possibilita a emergência de uma cultura operária nessas regiões que ira organizar não só a esfera do trabalho, como também vida desses operários.

Queiroz Ribeiro (2003) aponta que nas cidades modernas, pós fordistas, os lugares de moradia dos trabalhadores pobres, passam a exercer um papel inverso, identificado como lugar do isolamento e do abandono.

No Brasil, mudanças na organização sócio-territorial, como a autosegregação da classe burguesa, a expansão do mercado imobiliário no território da cidade, e a diversificação social dos espaços periféricos, tem propiciado a criação de "bolsões" de miséria, especialmente nas antigas favelas, e a emergência de verdadeiros acampamentos com o surgimento de "novas favelas" caracterizadas pela precariedade estrutural.

Há uma conexão estreita entre as características das cidades brasileiras , o padrão de desigualdades prevaletentes na sociedade e a vigência dos clássicos mecanismos da acumulação urbana, cujos fundamentos são as próprias desigualdades cristalizadas na ocupação do solo.

Com efeito, a dinâmica urbana dessas cidades tem como base a apropriação privada de várias formas da renda urbana, fazendo com que alguns segmentos , simultaneamente, de maior nível de bem-estar social e de riqueza acumulada, na forma de um patrimônio imobiliário de alto valor.

Ao mesmo tempo, grande parte da população, constituída pelos trabalhadores, é espoliada, porque não foram reconhecidas socialmente suas necessidades de consumo habitacional (moradia e serviços coletivos), inerentes ao modo urbano de vida. A urbanização expressa, assim, mais fortemente o processo de desruralização da sociedade do que a generalização da forma urbana de vida.

Para exemplificar a segregação das cidades brasileiras, Ribeiro Queiroz

expõe o exemplo da cidade de São Paulo, que conduziu o processo de urbanização nas últimas décadas segundo o padrão periférico de crescimento urbano. Norteando assim a expansão e consolidação das periferias, gerando uma pluralidade de tempos e circunstâncias de ocupação dessas regiões.

Em paralelo, os recursos públicos foram destinados prioritariamente em direção ao desenvolvimento da parte “luminosa” da cidade. Esse contraditório processo de desenvolvimento de uma metrópole na periferia do capitalismo levou grande parte dos moradores das periferias, historicamente, à exclusão dos direitos sociais básicos ao trabalho, à saúde e à educação de qualidade, assim como o direito à moradia digna, equipamentos públicos e infra-estrutura urbana.

Uma característica fundamental do processo de urbanização foi, portanto, a assimetria entre a localização e as condições sociais, fazendo do ambiente construído espaço privilegiado de expressão das desigualdades sociais, com a permanente pressão dos mais pobres em direção às piores localizações. (Queiros Ribeiro, 18 : 2004)

A segregação socioespacial tornou-se, assim, uma marca recorrente na consolidação das periferias, em vista das maiores condições dos segmentos altos e médios da sociedade de disputar as prioridades estatais e o fundo público, relegando-se a um segundo plano as demandas da classe trabalhadora.

A ausência da ação do Estado nas periferias foi uma marca recorrente da urbanização periférica, gerando uma estrutura urbana precária, com insuficientes equipamentos sociais (escolas e postos de saúde) e déficits de infra-estrutura e de melhorias urbanas essenciais (como saneamento básico), fruto de uma ocupação desordenada que comprometeu a qualidade de vida, a mobilidade e o acesso da população aos serviços e ao mercado de trabalho. (Queiros Ribeiro: 2004 : 19)

Na cidade de Juiz de Fora a dinâmica de organização espacial, se guiou pela mesma lógica de segregação que consolidou as periferias brasileiras. A Vila Operária da IMBEL se constituiu como um marco no que diz respeito a espacialização da cidade, por ser o primeiro passo na direção de consolidação daquela região como o lugar dos operários na cidade.

A Região Urbana de Benfica tem hoje reconhecida sua “vocação industrial”,

vocação esta forjada a partir de diversas iniciativas, tanto do Poder Público, através da concessão de terrenos, isenção de impostos e investimentos em infra-estrutura, quanto da iniciativa privada, que por diversas razões escolheram esta região como um pólo das atividades industriais.

A concentração do operariado nesta região - que, vale ressaltar, se constitui como um exemplo de “espaço opaco”, evidenciada pela distância da área central e a carência de equipamentos coletivos urbanos - imprimiu nela certas características que foram repassadas geração após geração e possibilitaram um controle mais efetivo do capital sobre esses trabalhadores.

No estudo da Vila IMBEL percebe-se esse controle, a medida em que as relações de trabalho extrapolam a esfera da produção e se fazem presentes em todos os âmbitos da vida do trabalhador, se reproduzindo em suas relações sociais : na escola dos filhos, no clube, na vizinhança, ou na presença constante do supervisor no cotidiano desses trabalhadores.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Bontempo, 2000.

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando o Consenso**. Ed. Vozes. Coleção Zero a Esquerda. Petrópolis. 2002.

BOURDIEU, Pierre. (Org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CORREIA, Telma de Barros. **De Vila Operária a Cidade Companhia: As Aglomerações Criadas por Empresas**. Disponível: http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/Anpur_v4.pdf Consultado em 25 de outubro.

COSTA, Flávia. SCHETTINO, Priscila. **A Intervenção Dos Assistentes Sociais Da Área Sócio-Jurídica Nos Conflitos Interpessoais A Partir Da Perspectiva De Classe**. Juiz de Fora, UFJF, 2004.

GOMES, Paulo César da. **A condição urbana: Ensaio de geopolítica da cidade**. Rio ed Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, David. **Produção Capitalista do Estado**. Ed. Loyola, São Paulo, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História – Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução: Cid Moreira.

IAMAMOTO, M.V. **A Questão Social No Capitalismo.** in Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. (et al). **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico- Metodológica.** Editora Cortez, São Paulo, 1985.

JARAMILLO, Samuel. **Producción de Vivienda y Capitalismo Dependiente: El Caso de Bogotá.** Bogotá, Universidad de los Andes.

Jornal da ABCR – edição de Maio/Junho 2004

Jornal Panorama – edição 08 de agosto de 2004

JOUTARD, Philippe. **Historia Oral Balanço da Metodologia e da Produção nos Últimos 25 Anos,** in Usos e Abusos da História Oral. Amado Janaina; Ferreira, Marieta de Moraes. 6ª edição, Rio de Janeiro: Editora Fgv. 2002.

KELLER, Paulo Fernandes. **Cotidiano Operário e Complexo Fabril: Fábrica com Vila Operária em Paracambi-RJ.**

LE GOFF, Jaques. **Memória,** in História e Memória. 5ª edição, São Paulo: Unicamp. 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana** Edição. 2001. Ed. Vozes. 2

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844.** Lisboa: Avantel, 1993.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I, Capítulo XXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MEIRELLES, Sergio. **A Explosão Urbana.** In 85 – set/out 2000, págs 12-19.

Revista Ecologia e Desenvolvimento, ano 10 n

MOLJO, Carina Berta. **Trabajadores Sociales en la Historia – Una Perspectiva Transformadora**. Buenos Aires: Espacio Editorial.

MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. **Vila Maria Zélia - visões de uma vila operaria em São Paulo (1917-1940)** Universidade de São Paulo. 2006

NETTO, J.P. **Cinco notas A Propósito da “Questão Social”**, in Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Elo Perdido: classe e identidade de classe em Salvador**. Bahia: Brasiliense, 1987.

PLANO DIRETOR. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br>> Acesso em 6 de jan. 2006.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César. **Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira**. EURE (Santiago). [online]. dic. 2003, vol.29, no.88, p.79-95. Disponível em: <http://www.scielo.cl> - ISSN 0250-7161.

ROLNIK, Raquel. **Cada um no seu lugar. São Paulo, inicio da industrialização. Geografia do poder**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1981 (Dissertação de mestrado).

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização – Do Pensamento Único à consciência Universal**. Ed: Record, Rio de Janeiro, 2005.

_____, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Ed: Hucitec, São Paulo, 1988.

SÁVTCHENKO, P. **Que é o Trabalho? Edições** Progresso, 1987.

www.wikimapia.org. Consultado em 19/10/2007.

Anexos

**Anexo 1-
Reportagens publicadas no Jornal Panorama sobre a IMBEL**

Da revolução à criação de uma comunidade

As cinco fábricas que hoje participam da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) nasceram graças a uma revolução. Em 1932, latifundiários paulistas deram início a uma guerra contra o Governo e tomaram as fábricas de armas, produzidas apenas em São Paulo. Para evitar que as unidades se concentrassem em uma só cidade, o Exército dividiu a produção de material bélico em cinco fábricas entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As cidades de Magé/RJ, Piquete/SP, Juiz de Fora/MG, Itajubá/MG e Rio de Janeiro/RJ receberam as filiais destas unidades, que começaram a ser administradas somente em 1975 pela Imbel, a mais antiga indústria de material bélico da América Latina.

Criada para essa situação de guerra, a Imbel, que começou sua produção em larga escala na Segunda Guerra Mundial, chegou a possuir mais de 1.500 funcionários. A capacidade de produção teve que ser aumentada nesse período, já que o trabalho era feito em turnos, 24 horas por dia. Todas as semanas, a fábrica, mediante contrato com o Governo, tinha o compromisso de enviar 40 toneladas de munição, que seriam exportadas para a Europa.

A quantidade de serviço exigia que os funcionários trabalhassem perto da fábrica, já que, em alguns casos, a jornada diária dos operários superava 12 horas. Foram construídos alojamentos e uma grande oferta de serviços aos trabalhadores.

— Como o bairro não tinha estrutura para receber tantos operários, a própria fábrica teve que prestar alguns serviços — explica o coronel Ribeiro.

Assim, nasceram unidades como fundição, posto médico, lavanderia e escola. Com o crescimento dos bairros e a atração de prestadores de serviços, estes setores foram desativados lentamente. Obras estruturais como a adutora de água e a ponte sobre o rio Paraibuna contribuíram para a melhoria do bairro.

A comunidade, porém, é integrada à fábrica até hoje. A capela da Imbel que funciona no Bairro Araújo está sob a responsabilidade dos moradores e é um orgulho para a população. O clube ABCR, criado para atender às famílias dos funcionários da fábrica, hoje é uma das principais opções de lazer da região.

A Fábrica de Juiz de Fora chegou a ficar vários meses com a produção parada. A situação só se reverteu quando o Exército reassumiu a administração da Imbel, em 1992.

A explosão de 1944 foi o fato que mais marcou a história da fábrica. Quatorze pessoas morreram no acidente, que destruiu até mesmo os galpões vizinhos.

NÚMEROS

- Imbel - Fábrica de Juiz de Fora
- Área total: 2 milhões de metros quadrados
- Área construída: 44 mil metros quadrados
- Mais de 60 pavilhões
- Número de funcionários: 190
- Preço dos produtos (munição): de R\$ 600 a R\$ 4 mil

Imbel completa 70 anos superando crises em busca de autonomia financeira

FOTOS: GLEICE LISBÓIA



■ Fábrica já possuiu escola, fundição, lavanderia e posto médico



■ A unidade de Juiz de Fora recebeu certificação ISO 9000 pelos seus processos de qualidade em 1997

VIAGEM NO TEMPO

Carregamento de Artefatos em que

VIVIAN SÁBES

VIAGEM NO TEMPO



- 1933 - Decreto nº 23.624 cria a Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia (Feea)
- 1934 - Aviso decreta a transferência de máquinas da Fábrica de Cartuchos de Infantaria do Rio de Janeiro para a Feea e a nomeação da sede da fábrica para Juiz de Fora.
- 1934 - Lançamento da pedra fundamental da construção da fábrica
- 1939 - Conclusão de todos os trabalhos de construção. A Feea passa a se chamar Fábrica de Juiz de Fora, devido a uma norma de segurança do Governo que proibia que se identificasse, pelo nome da unidade, qual a atividade das fábricas de material bélico.
- 1944 - Explosão na Oficina de

Carregamento de Artefatos em que 14 pessoas morreram e dezenas ficaram gravemente feridas.

- 1975 - Criação da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel)
- 1977 - Extinção do Estabelecimentos Fabris do Exército, passando a ser de responsabilidade da Imbel a administração da Fábrica de Juiz de Fora
- 1984 - Primeira tentativa de privatização da fábrica. A Imbel associou-se à Engesa, passando a se chamar Engevideo, e depois, Engesa Química S.A.
- 1990 - Devido à falta de recursos, a Engesa colocou os funcionários em licença e interrompeu as atividades industriais da fábrica.
- 1992 - A Fábrica de Juiz de Fora é reativada, devido à compra, pelo Exército, dos bens operacionais e recontração dos funcionários da Engesa.
- 1997 - A Fábrica de Juiz de Fora recebe a certificação ISO 9000 pelos processos de qualificação da empresa.

VÍVIAN SOARES

vivian.soares@jornalpanoramajf.com.br

Uma mistura de tradição e modernidade. Assim pode ser definida a Fábrica de Juiz de Fora da Imbel, que completa amanhã 70 anos do início de sua construção. Hoje, com aproximadamente 70% de sua produção voltada para o mercado exterior, a Imbel trabalha com foco na qualidade e no investimento em tecnologia. O objetivo é se tornar auto-suficiente, meta nunca atingida por uma empresa de material de defesa.

Hoje, a Fábrica de Juiz de Fora produz cerca de vinte produtos, entre munição de grosso calibre para carro de combate, facas e facões. Entre eles, seis artefatos de munição são os principais vendidos pela fábrica, produzidos conforme contrato com os clientes. Segundo o superintendente da fábrica, Coronel José Souza Ribeiro, os pedidos aumentaram principalmente depois dos ataques de 11 de

setembro, quando os Estados Unidos e a União Européia restringiram a venda de armas e munições a diversos países. O resultado foi o aumento das encomendas para as fábricas da Imbel no Brasil, que é considerado um país com regras mais flexíveis para a revenda de material bélico. O coronel frisa, porém, que a participação da Fábrica de Juiz de Fora no processo só aconteceu pela competitividade, traduzida na busca pelo preço e pela qualidade internacionais.

— A exportação, que começou em 1979, hoje é um dos principais destinos para nossos produtos. Como só fabricamos por encomenda, alternamos fases de intensa produção com períodos de pouco movimento — explica.

A inconstância também é refletida no faturamento anual da empresa, que pode ser de poucos milhares de reais até aproximadamente R\$ 7 milhões. Uma das conseqüências desta instabilidade de trabalho é a demissão periódica

de alguns funcionários, cuja administração de salários é de responsabilidade da fábrica. Hoje, porém, a unidade de Juiz de Fora não corre risco de promover novos desligamentos.

— Estamos no limite. Se mandarmos alguém embora, vamos prejudicar a capacidade de produção — justifica.

A contratação de novos operários também é uma dificuldade, já que só pode ser feita por concurso público e o treinamento de mão-de-obra especializada é feito somente na própria fábrica, que possui 190 funcionários.

Para aproveitar essa fonte de trabalho, um dos projetos é firmar parcerias com empresas para vender tecnologia e serviços, como limpeza de fornos para siderúrgicas e uso de explosivos fabricados pela Imbel para abertura de terrenos. O início das atividades depende apenas da sanção do Governo federal.

Continua na página 6

HISTÓRIA VIVA: 50 ANOS DE FÁBRICA

Funcionário da Fábrica de Juiz de Fora durante 50 anos, Filinto de Andrade, 82 anos, tem como seu maior orgulho a participação em toda a história da unidade. Quando começou a trabalhar, aos 19 anos de idade, a fábrica estava em plena produção para a Segunda Guerra Mundial. Ele conta que chegou a trabalhar uma jornada de 16 horas diárias.

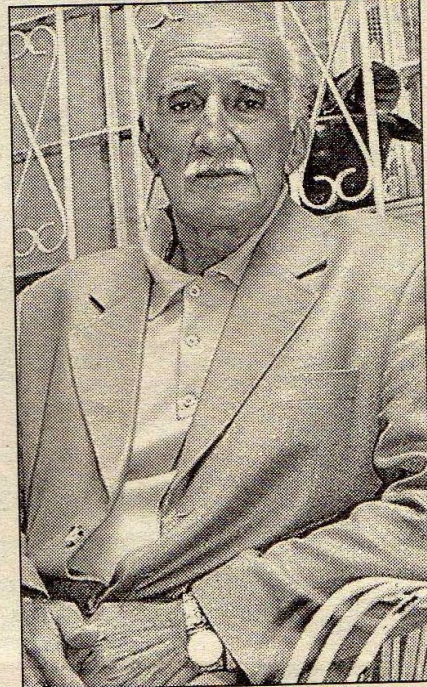
— Nesta época, a fábrica tinha cerca de 1.200 funcionários. Éramos os “soldados da retaguarda”: não estávamos na guerra, mas produzíamos para ela. O sentimento de serviço à pátria era muito forte — lembra.

O orgulho de trabalhar na antiga Feea era muito grande. Segundo Filinto, os funcionários da fábrica tinham crédito livre no comércio de Juiz de Fora.

— Era só mostrar a carteirinha que o acesso era fácil. Funcionário da Feea era muito considerado: tinha emprego de alto nível e ganhava bem — afirma.

A explosão de 1944, que matou 14 funcionários da fábrica e deixou muitos feridos

LIQUE GÁVIO



■ Filinto coleciona homenagens

graves, foi, para ele, um dos maiores traumas. A visão de corpos mutilados, famílias em desespero e a fábrica destruída até hoje marcam o aposentado. Ainda assim, ele considera a fábrica sua segunda casa, já que sempre foi tratado com muito carinho. A prova disso é a coleção de homenagens que Filinto guarda em casa, como lembrança dos tempos de funcionário.

Anexo 2 –

Entrevistas com funcionários da IMBEL concedidas ao Jornal da ABCR



ENTREVISTA DO MÊS

A IMBEL – FÁBRICA JUIZ DE FORA

JOSÉ SOUZA RIBEIRO - CEL SUPERINTENDENTE DA FJF

JORNAL DA ABCR: Qual a origem da Fábrica de Juiz de Fora? Por que é chamada FEEA?

CEL. JOSÉ SOUZA: A nossa Fábrica foi criada pelo decreto 23.624 de 20 Dez 1933, como Organização Militar, com a denominação de Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia - F.E.E.A, daí porque é conhecida até hoje por esta abreviatura.

JORNAL DA ABCR: Quando a FEEA começou a funcionar?

CEL. JOSÉ SOUZA: O registro histórico transcreve que após ultimada a instalação da sub-estação de energia da Companhia Mineira de Eletricidade, em Janeiro de 1937, tiveram início os primeiros trabalhos industriais. Contudo a primeira produção ocorreu na Oficina de Estojos em 5 de Março 1937, 350 peças em 8 horas de trabalho, sob a direção de três engenheiros alemães da Krupp e do Capitão brasileiro Hildebrando Moreira. Entretanto a inauguração oficial da FEEA só ocorreu a 22 de Março de 1938.

JORNAL DA ABCR: Qual a importância da FEEA para Juiz de Fora?

CEL. JOSÉ SOUZA: Pode-se medir a importância desta Fábrica para a cidade, em função do número de empregos diretos gerados, que chegou a mais de 1200, além de ter sido a primeira indústria mecânica da região e pólo de desenvolvimento de Benfca, formadora de mão-de-obra técnica que alavancou outras indústrias na cidade. É interessante assinalar a importância que

a direção dava ao desenvolvimento físico e cultural dos colaboradores, já que logo após a inauguração da FEEA foi fundado o Clube Atlético F.E.E.A, embrião da ABCR, em 22 de Maio de 1938.

JORNAL DA ABCR: Quando e por que ocorreram as mudanças no nome da Fábrica?

CEL. JOSÉ SOUZA: A Fábrica teve sua denominação alterada pela primeira vez em 25 de Abril de 1939 para Fábrica de Juiz de Fora (FJF), de acordo com Aviso do Sr. Ministro da Guerra que deu aos Estabelecimentos Fabris Militares o nome dos locais de funcionamento, como modo de simplificar a denominação, distinguindo os locativos. Quando em 1977, a FJF foi extinta como Organização Militar, foi incorporada ao patrimônio da IMBEL, mantendo a sigla, como Filial nº 2 FJF. Em 05 de Novembro de 1984, na primeira experiência de privatização da indústria de material de defesa no Brasil, a IMBEL fez associação de capitais com a ENGESA, com o patrimônio da FJF, que sofreu mais duas mudanças de denominação inicialmente por pouco tempo ENGEVÍDEO, e depois até 1922, ENGESA QUÍMICA S.A – ENGEQUÍMICA. Depois do processo falimentar da ENGESA, a Filial nº 2 da IMBEL, FJF foi reativada em 10 de Julho de 1992, com a denominação atual.

JORNAL DA ABCR: Por que o número de colaboradores hoje é tão pequeno em relação ao passado?

CEL. JOSÉ SOUZA: Podemos re-

lacionar vários motivos, contudo são quatro os principais:

1*) Quando a Fábrica foi inaugurada, para uma produção industrial foi preciso produzir muitos insumos por inexistência de fornecedores, verticalizando demasiadamente a produção, por exemplo pregos, parafusos, fundido de ferro, latão e alumínio, aparelhos de medição, tábuas, caixas, etc.

2*) Por outro lado a falta de estrutura da região obrigou a instalação de muitos serviços, hoje desnecessários tais como: hospital, maternidade, armazém, farmácia, cinema, gráfica, lavanderia, tinturaria, etc.

3*) A evolução das máquinas e equipamentos ao longo dessas décadas reduziu a necessidade do número de pessoas em relação ao número de equipamentos.

4*) Por tratar-se de indústria que produz por encomenda, a Fábrica precisou adequar seu efetivo em função da redução das encomendas.

JORNAL DA ABCR: Por verem pouco movimento na Fábrica muitas pessoas da comunidade pensam que ela está parada. Como foi a atividade da FJF em 2003?

CEL. JOSÉ SOUZA: Esta é uma excelente pergunta! O sigilo me impede de fornecer números, mas em termos genéricos posso parabenizar os colaboradores da FJF porque no corrente ano, apesar da contenção por que passou o Brasil, a indústria em geral e também a IMBEL, a nossa filial foi a que teve maior faturamento por colaborador

e maior margem de lucro por empregado, de toda a IMBEL, incluindo a Fábrica de Itajubá que teve exportações contínuas de armas, graças à capacitação e à criatividade de nosso pessoal. A comunidade não vê e não ouve movimento na Fábrica porque o mineiro trabalha em silêncio e muito...

JORNAL DA ABCR: Como será o ano de 2004 na FJF?

CEL. JOSÉ SOUZA: Afirma o Sr. Presidente que 2004 será o ano da redefinição da IMBEL. Ano do início do saneamento financeiro, da reestruturação administrativa e técnica, ano de muito trabalho, em que esperamos aumentar nossa capacidade de produção e nossas vendas, ampliando o mercado. Particularmente espero que até Agosto possamos estruturar melhor nossa gestão de Recursos Humanos, de modo a valorizar, como merece, o nosso quadro de colaboradores.

JORNAL DA ABCR: Que mensagem o Senhor envia para a comunidade que lê o nosso Jornal?

CEL. JOSÉ SOUZA: Tenham paciência e esperança! Não acreditem nos profetas do caos! A nossa Fábrica voltará a seus melhores dias, gerando satisfação para seus clientes: os externos que adquirem nossos produtos e serviços; os internos que dão seu melhor esforço para fazer qualidade; e os vizinhos que esperam não se incomodar com a atividade da Empresa, ao contrário com ela para obterem qualidade de vida. Que Deus nos abençoe e guie em nossos propósitos!



FOTO DENILSON

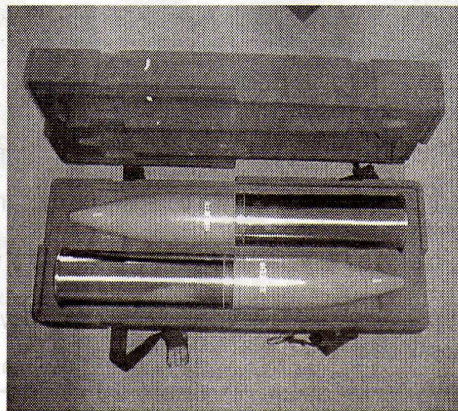


FOTO DENILSON



ENTREVISTA DO MÊS

TRABALHO E RECONHECIMENTO ENTREVISTA COM O SR. FILINTO DE ANDRADE

JORNAL DA ABCR: Sr. Filinto, quantos anos de vida o senhor dedicou a (FEEA) FJF?

SR. FILINTO: Fui contratado no dia 02 de abril de 1941. Aposentei-me em Julho de 1969. Fui recontratado em setembro de 1969, como autônomo até Junho de 1977, quando fui contratado pela IMBEL. Com a criação da ENGESA QUÍMICA em 1984, deixei a IMBEL e passei a trabalhar na nova empresa, porém na mesma função, retornando à IMBEL em junho de 1992, sendo que em agosto de 1992 fui demitido por força de lei, que determinava a demissão dos aposentados por idade. Portanto foram mais de cinquenta e um anos de serviço na mesma fábrica.

JORNAL DA ABCR: Nesses anos todos, que funções o Senhor exerceu?

SR. FILINTO: De 1941 à 1943, fui Artífice de explosivos. De 1943 à 1963, encarregado de oficina, e daí até 1992, mestre.

JORNAL DA ABCR: O Senhor se sente realizado como profissional e como pessoa?

SR. FILINTO: Sim. Sempre fui muito cercado de consideração e respeito, tanto por chefes como por subordinados, embora tivesse de ser muito enérgico nos primeiros tempos de encarregado, porque chefieei pessoas, na maioria, mais velhas do que eu. Além do mais, com o meu trabalho consegui um patrimônio pessoal e familiar que me faz muito feliz.

JORNAL DA ABCR: Qual foi a sua atuação Comunitária na Fábrica e

no Bairro de Benfica?

SR. FILINTO: Sempre participei do Esporte Clube Benfica, primeiro como atleta, depois como sócio, e também na comissão fiscal. Fui presidente da ABCR desde 1971 até 1979 e depois, vice-presidente por cerca de 5 anos. Fundador da Sociedade Amigos de Benfica, exerci também a presidência do Conselho de Administração da Paróquia, sou membro do Centro Cultural de Benfica. Fui também presidente da Associação de Pais e Mestres do Ginásio Cel Felício Lima como também do Grupo Escolar Almirante Barroso, quando obtive da direção da FJF apoio para a construção da Escola Professor Francisco Faria.

JORNAL DA ABCR: O Senhor teve o reconhecimento dos chefes e da comunidade pelo trabalho realizado?

SR. FILINTO: Com muito orgulho. Na FJF, aprendi que os chefes militares são muito reconhecidos ao trabalho dos subordinados: minha ficha funcional é cheia de elogios, sem nenhuma mancha de advertência, além do que todas as minhas promoções aconteceram por merecimento. Fui eleito operário padrão da Engesa Química em 1987, como também de Juiz de Fora, sendo classificado em 2º lugar no Estado de Minas Gerais. Recebi do Exército Brasileiro diploma de Mérito Militar, com medalha de ouro, por serviços prestados, e ultimamente, já aposentado, recebi o título de Cidadão Honorário de Juiz de Fora da Câmara Municipal.

JORNAL DA ABCR: Que fato julga o Senhor que mais o marcou em toda sua vida profissional?

SR. FILINTO: Sem sombra de dúvida foi a explosão de 7 de Março de 1944, lembrança medonha de dor e desespero que me acompanha até hoje (destruição, corpos mutilados, o choro dos sobreviventes, o socorro a ser dado aos feridos); pesadelo que me perturba o sono em noites de assombração.

JORNAL DA ABCR: Como esse fato influenciou o restante de sua vida?

SR. FILINTO: Além da saudade dos companheiros e companheiras que se foram, a certeza da presença de Deus na minha vida, que me permitiu escapar sem um arranhão, com lucidez e calma para ajudar a socorrer os feridos. Contudo, a melhor consequência do fato, foi uma mentalidade de prevenção de acidentes mais efetiva que eu e muitos companheiros adquirimos depois do fato, tanto que nas oficinas que chefieei jamais ocorreu acidente com explosão.

JORNAL DA ABCR: O que o Senhor gostaria de deixar como mensagem aos atuais trabalhadores?

SR. FILINTO: A felicidade que todos procuramos é consequência da coerência de nossas próprias atitudes. Um trabalhador precisa ter coerência de atitudes para sentir-se realizado. Seja com chefes ou companheiros, devemos ser sinceros e leais, lembrando-nos do exemplo de Jesus Cristo, de quem devemos tentar ser seguidores. Ele jamais nos abandonará se procurarmos copiá-lo quando afirma: "Eu vim para servir e não para ser servido".